

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
"SAN TIAGO DANTAS" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP)**

FERNANDO MATSUNAGA

A UNESCO E A GOVERNANÇA AMBIENTAL NA BACIA AMAZÔNICA

SÃO PAULO - 2011

FERNANDO MATSUNAGA

A UNESCO E A GOVERNANÇA AMBIENTAL NA BACIA AMAZÔNICA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais sob orientação do Prof. Adjunto Dr. Enrique Amayo Zevallos, Ph.D. na linha de pesquisa: Instituições, Processos e Atores.

Banca de Mestrado

Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos (orientador)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares

Prof. Dr. Petronio de Tilio Neto

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (suplente)

Prof. Dr. Marcos Alan F. S. Ferreira (suplente)

SÃO PAULO - 2011

Ficha catalográfica elaborada pelo
Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – Campus de Marília

Matsunaga, Fernando.
M434u A UNESCO e a Governança Ambiental na Bacia
Amazônica / Fernando Matsunaga. – São Paulo, 2011
99 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP,
Programa San Tiago Dantas, 2011

Bibliografia: f. 86-99
Orientador: Enrique Amayo Zevallos

1. Relações internacionais. 2. Sustentabilidade
ambiental. 3. Governança. I. Autor. II. Título.

CDD 327

Se as guerras começam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que devem ser construídas as defesas da paz. (UNESCO, 2010a).

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria. (Carta da Terra, 1992).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a toda a minha família, em especial a meus pais, Adélia e Áquila, que me apoiaram por todo esse processo e compreenderam a importância dos estudos para mim. Minha eterna gratidão à Gabriela Pontin Novaes que acreditou em mim e me fez ser uma pessoa melhor e mais feliz.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos que, com seus comentários pertinentes e em sua disciplina e discussões, mostrou-me outras visões e perspectivas que influenciaram a pesquisa. Devo meus sinceros agradecimentos aos Professores Doutores Samuel Alves Soares e Petronio De Tilio Neto que prontamente aceitaram fazer parte desta banca.

Agradeço a todos os colegas e amigos que fiz durante essa jornada que me ajudaram a refletir e também a estruturar melhor minha pesquisa. Aos amigos do Núcleo de Pesquisa sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA), pelos encontros, discussões e debates, aos colegas que compartilharam essa jornada em matérias da pós-graduação meus sinceros desejos de boa sorte e sucesso a todos! Também quero agradecer à inestimável ajuda e dedicação das secretárias do Dantas: Giovana e Isabel, muito obrigado por tudo!

À CAPES e à FAPESP, por seus apoios financeiros e, especialmente à FAPESP por acreditar na validade da pesquisa.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

AG - Assembleia Geral da ONU

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)

AELP - Associação dos Economistas de Língua Portuguesa

ALC - América Latina e Caribe

ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia

BA - Bacia Amazônica

BIRD - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CMDS – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

CMMA - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (United Nations Conference on Environment and Development - RIO-92; ECO-92; Cúpula da Terra - Rio de Janeiro, 1992)

CNUMAH – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (United Nations Conference on the Human Environment - Estocolmo-1972)

CRESALC - Centro Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe

CS – Conselho de Segurança da ONU

DEDS – Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS 2005- 2014)

EA - Educação Ambiental

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Economic and Social Council of United Nations)

EDS - Educação para o Desenvolvimento Sustentável

EFA – Educação para Todos (Education for All)

EUA - Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of United Nations)

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente

GGA - Governança Global Ambiental

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana (Human immunodeficiency virus)

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IIHA - Instituto Internacional para a Hiléia Amazônica

ILAC - Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change)

ISO – Organização Internacional para Padronização (International Organization for Standardization)

ISSC - Conselho Internacional de Ciências Sociais (International Social Science Council)

MaB - Programa Homem e a Biosfera (Man and Biosphere Program)

MMA – Ministério do Meio Ambiente do Brasil

OEA - Organização dos Estados Americanos

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Millennium Development Goals)

OG/PNEA - Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

OIs – Organizações Internacionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas (United Nations - UN)

ONUMA - Organizações das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environmental Organization)

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ORPALC - Oficina Regional para a América Latina e Caribe do PNUMA

PANACEA - Plano Andino- Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental

PHI – Programa Hidrológico Internacional (International Hydrological Program)

PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental

PLACEA - Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme)

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP – United Nations Environment Programme)

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

RCEs Centros Regionais de *Expertises* em EDS (Regional Centres of Expertises in ESD)

RI - Relações Internacionais

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEMAM/PR - Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República

SI – Sistema Internacional

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

TCA - Tratado de Cooperação Amazônico

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature)

UNAMAZ - Associação de Universidades Amazônicas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development)

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization)

UNESCO-IHE - o Instituto para Educação da Água

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention for Climate Change)

UNU - Universidade das Nações Unidas (United Nations University).

UNU-IAS - Instituto de Estudos Avançados da UNU

WWAP - Programa de Avaliação de Recursos Hídricos (World Water Assessment Program)

WWF – Worldwilde Fund for Nature

SUMÁRIO

MEMORIAL	09
RESUMO	12
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - GOVERNANÇA GLOBAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	31
I.i - Oran R. Young e outros autores sobre a Governança Global	41
I.ii - As Instituições e Normas Internacionais	44
CAPÍTULO II - A UNESCO E O DEBATE AMBIENTAL	50
II.i - A estrutura burocrática da UNESCO	51
II.ii – A UNESCO e a Bacia Amazônica	56
II.iii – A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)	61
II.iv - A EDS na Bacia Amazônica	65
CAPÍTULO III – A GGA E A BACIA AMAZÔNICA	70
III.i - O Brasil e a Institucionalização do Debate Ambiental	70
III.ii - O PLACEA e o PANACEA	77
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	86
Lista de Figuras e Tabelas	
Figura 1. Mapa do Bioma Amazônico e limites da Amazônia Legal	19
Figura 2. Mapa da Bacia Amazônica	20
Tabela I. Reservas da Biosfera nos Países Amazônicos	59
Tabela II. A Educação Ambiental para alguns países amazônicos	65-66

MEMORIAL

A intenção deste projeto tem sua origem desde o curso de graduação em Relações Internacionais da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista -FHDSS/ UNESP, Campus de Franca, realizado entre os anos de 2004 e 2007.

Minha participação no Grupo de Estudos e Projetos em Educação Ambiental (GEPEA- Amanajé) da FHDSS/ UNESP coordenado pela Prof. Dra. Eliana Amábile Dancini foi um marco importante para o estímulo nas pesquisas e estudos sobre a questão. Fui provocado a pensar diferente, não apenas sobre a questão ambiental, mas sobre o próprio mundo e, principalmente, minha visão sobre mundo. A Educação e o Ambiente se tornaram a partir daí fundamentais para mim, muito além do campo de pesquisa.

A visão, de se pensar e agir em prol da Sustentabilidade, fundamentada nos processos e práticas educativas e de formação do ser humano influenciam e servem de base para a pesquisa aqui apresentada. Afinal, sem pessoas com conhecimentos e senso crítico, capazes de refletir e pensar sobre sua situação e condição no mundo, não será possível um mundo mais justo, igualitário e livre. Conseqüentemente, a Sustentabilidade Ambiental não será plena em um mundo em que as pessoas não tenham conhecimentos suficientes para decidirem e aceitarem o que fazer nele.

A educação é base da sociedade. Mas, no cenário e análises de relações internacionais, principalmente quando se considera a integração regional, sempre tive a impressão que os aspectos eram mais técnicos e diziam respeito ao comércio e transferência de produtos, mais do que a uma integração real. Isso me estimulou a pensar como a integração entre os povos ficava, muitas vezes, aquém da esperada. Pareceu-me que as iniciativas que envolvem cooperações nas áreas técnicas, científicas e acadêmicas têm vantagens sobre outras áreas como tecnologia, por exemplo. Talvez essa vantagem exista por serem processos mais ligados as áreas do conhecimento e saber do que de uma lógica de mercado ou defesa da soberania estatal.

Partindo do ponto de análise das Organizações Internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO),

que tem em um de seus princípios básicos a busca da paz a partir da *mente* dos homens sendo o conhecimento, a cultura e a educação as bases fundamentais para se estabelecer uma sociedade mais justa, igualitária, ambientalmente e ecologicamente sustentável esperava que pesquisando sobre a UNESCO, pudesse entender melhor minha impressão inicial de que a educação e o conhecimento são importantes e significativos para os processos de cooperação e integração.

Com o tempo, fui moldando o projeto para pensar a atuação e estrutura da própria UNESCO, como de outras Organizações Internacionais (OIs), e sua importância no cenário internacional em relação à temática ambiental e integração regional. Por isso, o meu interesse nessas Instituições de ação multilateral, especialmente as de caráter intergovernamental. Tento saber como elas conseguem desenvolver seus trabalhos e ações para além dos interesses de Estados soberanos. Foi preciso esforço e reflexão para compreender esse complexo mecanismo. Mas isso não é fácil, pois as mudanças e dinâmicas internacionais são constantes e ocorrem em tempos e situações singulares e diversos, o que impacta os Estados e as OIs, sendo muito difícil estabelecer padrões de comportamento ou qualquer previsibilidade, tanto das ações quanto de seus resultados.

O apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 2007, durante o último ano de graduação foi importante para estimular essas reflexões e ideias. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/ UNICAM/ PUC-SP), no ano de 2009 como aluno de Mestrado, tive a oportunidade de ser orientado pelo Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos da UNESP/Araraquara, e ingressar como membro do Núcleo de Pesquisa sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA), que ele coordena; obtive a bolsa de Demanda Social/Capes durante os meses de junho e julho de 2009, e consegui novamente o apoio da FAPESP, a partir de agosto, com o projeto “AMÉRICA LATINA, UNESCO E A PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Oportunidades e Desafios para a Governança Global”.

Cursar o Mestrado e ser membro do NPPA possibilitou não só a participação em diversos eventos e a apresentação de trabalhos, como foram experiências ricas e importante para o desenvolvimento de ideias e debates, através de conversas com

colegas, professores e interessados e, especialmente, com meu orientador. Tudo isso contribui imensamente para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é estruturada de forma multidisciplinar atuando nas diversas áreas do saber e conhecimento. Uma delas é a questão ambiental, que ganha cada vez mais destaque no cenário internacional. Atualmente está em desenvolvimento e execução a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que vai de 2005-2014 (DEDS) e conta com diversas parcerias e busca ampliar ações em prol da Sustentabilidade Ambiental. Este projeto é estruturado de forma a pensar e discutir a Governança Global Ambiental (GGA) – sua origem, processos e problemas (conceituais e práticos) - e entender como a UNESCO contribui para a GGA através da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS). Embora a UNESCO seja uma Instituição de atuação global, enfocaremos as ações e debates desenvolvidos na Bacia Amazônica relacionados principalmente com o Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA), no âmbito da Iniciativa Latino Americana e Caribenha de Desenvolvimento Sustentável (ILAC), proposta pela Venezuela em 2003 e o Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA), proposto pelo Peru em 2005.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Meio Ambiente; Sustentabilidade Ambiental; Governança Global; UNESCO; América Latina, Bacia Amazônica, Brasil, Peru, Venezuela.

ABSTRACT

The United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO) is structured in a multidisciplinary way acting on several areas of knowledge. One of that is the environmental that gain more space in the international scene. The United Nations Decade of the Education for the Sustainable Development from 2005 to 2014 is an initiative in progress that has many partnerships and seeks to expand actions toward Environmental Sustainability. This project is structured in a way that allow us to think and discuss the Environmental Global Governance (EGG) – its origins, process and problems (conceptual and practical) and understand how the UNESCO contribute to the EGG throughout the Education for Sustainable Development (ESD). Although it is an Institution of global scale, our focus will be in the actions and debates on the Amazon Region specially those that are related with the Latin American and Caribbean Program of Environmental Education (PLACEA), part of the of the Latin American and Caribbean Initiative for Sustainable Development (ILAC), proposed by Venezuela in 2003 and the Andean-amazonic Plan of Environmental Communication and Education (PANACEA), proposed by Peru in 2005.

Keywords: International Relations; Environment; Environmental Sustainability; Global Governance; UNESCO; Latin America, Amazon Basin, Brasil, Peru, Venezuela.

INTRODUÇÃO

O historiador Eric Hobsbawm, ao analisar o “breve século XX”, que para ele inicia-se em 1914 com a Primeira Guerra Mundial e termina com o desmantelamento da União Soviética em 1991, percebeu que era um tempo de sucessivas crises, mudanças profundas e transformadoras para a sociedade como um todo. (HOBSBAWN, 1994). E isso, evidentemente, está se acelerando. As mudanças e transformações que ocorreram desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), tornaram-se mais intensas após a Guerra Fria, no início dos anos 1990. O início do século XXI foi ainda mais expressivo para essas mudanças que culminaram em uma dinâmica internacional diferente, em grande parte pelos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos EUA e as consequências e impactos que culminam no momento de crise econômica mundial em 2008 ainda não resolvida.

A própria forma de organização das sociedades e Estados mudou, tanto que a própria análise dessas sociedades se tornou mais complexa. As relações entre países foram transformadas e aprofundadas pelo aumento de trocas comerciais e de comunicação, além de um maior deslocamento e mobilidade de pessoas, sejam por motivos forçosos (refúgio, exílio, desastres etc.), ou por escolhas pessoais (para o lazer, trabalho ou estudos). O contato entre pessoas de locais diferentes possibilita uma maior organização, difusão e discussão de informações e assuntos variados. O avanço tecnológico permite que esses contatos ocorram de forma cada vez mais rápida e dinâmica, também facilitou a mobilidade de pessoas e objetos. Esses avanços permitem cada vez mais a integração transnacional de diversas regiões, diferentes culturas e situações socioeconômicas. (CASTELLS, 2003; 2006; RIBEIRO, G. L. 2000).

Esses são alguns dos fatores que influenciaram a criação de normas e padrões internacionais mínimos de convivência através da celebração de tratados ou acordos. O aumento das Conferências, Tratados e Encontros Internacionais nas últimas décadas e a diversidade de temas neles abordados mostra como há uma ampliação das discussões e da busca de soluções conjuntas em âmbito internacional. A criação de Instituições Intergovernamentais, a atuação e criação de empresas e Organizações Não-Governamentais (ONGs) transnacionais, a

ampliação do *status jurídico* no plano internacional na área de comércio, direitos humanos e meio ambiente, somados ao aumento do fluxo migratório e de cooperações acadêmicas são alguns dos exemplos que refletem o aumento da interação e integração mundiais.

Pensar o papel da Governança¹ nesse mundo de constantes transformações e cada vez mais interdependente² ganha mais espaço nos estudos de relações internacionais (BARROS-PLATIAU, *et. al.* 2004; ROSENAU, CZEMPIEL [org.], 2000). O debate sobre Governança é recente, mas vem ganhando espaço, principalmente, nas análises sobre as questões ambientais internacionais, entre outros motivos por seu caráter multisetorial, integrador e abrangente. A importância de se pensar a Governança como uma forma de organização do Sistema Internacional vai além do aspecto burocrático e institucional e envolvem todas as relações presentes como a ordem, valores, ideias, poder entre outras que são questões para se pensar a sociedade internacional (HURRELL, 2007).

O adjetivo global, ligado ao termo governança é associado e relacionado com o fenômeno da globalização e da crescente interdependência do mundo através do surgimento das redes e a formação das “esferas de autoridade” em que também aparece a discussão sobre os ‘valores globais’ e a democracia, essenciais para tais processos (ROSENAU, 2003; HALLIDAY, 2003; CRUZ, 2004).

As Instituições Intergovernamentais têm um papel importante para a Governança. Elas surgem como respostas a diversos problemas e seus sucessos e fracassos dependem de um número considerável de fatores, nem sempre quantificáveis ou mesmo palpáveis. Por isso a importância de se analisar o contexto e a dinâmica que originaram as Organizações Internacionais (OIs) contemporâneas, principalmente após a Segunda Guerra.

As OIs de caráter intergovernamental que serão foco desta pesquisa surgem pela vontade dos Estados através de acordos e tratados que definem seus objetivos e funções, podendo ser consideradas as estruturas burocráticas mais formais do

¹ A governança diz respeito aos processos decisórios e às ações voltadas à administração de problemas comuns (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996). Ela pode ser feita através de regimes, instituições, costumes e normas, que não dependem necessariamente de ações de governos e Estado, pode ser considerada também um mecanismo de ordem complexo (HURRELL, 2007). (v. Capítulo I).

² A interdependência pode ter tanto o sentido de dependência mútua ou codependência, mas não significa que são iguais nem equivalentes (KEOHANE, NYE, 1989).

Sistema Internacional. Ainda que dependam da vontade de Estados para existir, podem ganhar certa autonomia política com o tempo. Isso faz com que essas instituições sejam mais do que apenas arenas multilaterais de negociações entre Estados. Elas se tornam atores internacionais sendo capazes até de criar uma “subcultura” própria que lhes confere identidade, dentro de um determinado contexto no cenário internacional, sendo assim reconhecidas tanto pela sua estrutura, como por seus métodos e mecanismo de ação (HERZ, HOFFMAN, 2004). Mesmo sendo capazes de realizar acordos e normas internacionais, com cada vez mais legitimidade e relativa autonomia no cenário internacional, as OIs ainda dependem do financiamento e da aceitação dos Estados para a maioria de suas ações.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945 com a assinatura da Carta de São Francisco e é uma das principais OIs do mundo, através de sua atuação supranacional e dos seus 193 Estados-membros atuais, tem como seu principal objetivo a paz e a segurança através do entendimento e da cooperação entre os diferentes povos. Assim, ela serve tanto como uma arena de negociações e interações entre os Estados-membros, como também busca criar mecanismos e ações que possam auxiliar seus objetivos. O temor de uma nova Guerra Mundial e os horrores da bomba atômica foram algumas das preocupações que levaram a estrutura da ONU a se fortalecer nos ideais da paz e segurança mundiais.

A Assembleia Geral (AG), o Conselho de Segurança (CS), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e o Secretariado respondem pela decisão, organização, execução e gestão política e orçamentária não apenas da própria ONU como de diversas Agências, Conselhos, Comissões, Conferências e Instituições Intergovernamentais interligadas e integradas que formam o Sistema ONU. Essas estruturas fornecem mecanismos de ações, espaços de diálogos, debates, estudos, avaliações e monitoramentos através de projetos, recomendações e outras iniciativas, ainda que o tratamento e os temas abordados sejam diferentes devido ao grau de autonomia que cada uma delas pode apresentar.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é um exemplo de uma organização pertencente ao Sistema ONU, que conta também com alcance supranacional, composta atualmente por 193 Estados-membros e fundada em 1945 através da Conferência de Londres, com sede em Paris. Ela possui autonomia para decidir seus trabalhos e formas de atuação.

Embora a UNESCO tenha os mesmos números de participantes que a ONU, isso não é realidade para todos os outros organismos do Sistema ONU, pois dependem do interesse de cada país em aderir, ou não, a tais Instituições e também quais são as formas e condições de acesso a elas, as formas de financiamento e outros procedimentos definidos nos tratados constitutivos da Instituição.

A UNESCO nasceu como uma instituição que entende a importância da educação e a cultura para a paz e o bem-estar de todos os povos do mundo. Os dois primeiros parágrafos do preâmbulo de seu texto constitucional afirmam que:

Como as guerras se iniciam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas.

A ignorância sobre os caminhos e as vidas uns dos outros tem sido causa comum, ao longo da história da humanidade, de suspeitas e desconfianças entre os povos do mundo em que suas diferenças acabaram muitas vezes terminando em guerra. (UNESCO, 2010a, p. 5, tradução livre).

Um de seus principais propósitos, estabelecidos no artigo 1º de sua Constituição é:

... contribuir para a paz e segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando expandir o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e a liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo sem distinção de raça, sexo, linguagem ou religião estabelecidos pela Carta das Nações Unidas. (Idem, p.6, tradução livre).

Dessa forma a cultura, a educação e o conhecimento podem ser vistos como fontes para a cooperação, respeito e solidariedade entre os povos do mundo. Através do compartilhamento e difusão de informações e dados, de conhecimentos e saberes pode ser possível diminuir o grau de desconfiança nas relações internacionais, permitindo que os processos decisórios coletivos se tornem mais embasados, transparentes e igualitários. Afinal, são as respostas dadas pelas sociedades aos desafios e problemas (ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos) que muitas vezes definem a sobrevivência ou o colapso destas sociedades (DIAMOND, 2009). É preciso também pensar em uma nova ética ambiental que "deve conciliar distintas temporalidades sociais com os tempos da natureza, o que exige aumentar o conhecimento dos processos naturais e de suas dinâmicas." (RIBEIRO, W. C., 2008b, p. 146).

Nesta pesquisa buscamos analisar as ações da UNESCO e como ela contribui para uma Governança Global Ambiental (GGA)³ na região da Bacia Amazônica. Focaremos principalmente as ações em torno da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), que vai de 2005 a 2014. Partimos da ideia que o conhecimento e a educação são bases para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, ética e ambientalmente sustentável. Sendo necessário investir mais em diálogo, cooperação e solidariedade entre os povos para que a desconfiança e o egoísmo não sejam os valores que definam as relações internacionais. A intenção desta pesquisa busca entender como a atuação das Instituições Internacionais como a UNESCO contribuem na constituição e nos sistemas de Governança Global envolvendo os desafios ambientais e ecológicos em um mundo em constante mudança.

A UNESCO é base para diversas ações e debates envolvendo a questão ambiental, através de diversos programas intergovernamentais e convenções internacionais nas áreas de bioética, educação científica, saúde, formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia, recursos hidrológicos, educação ambiental, Reserva da Biosfera e Sítios de Patrimônio Cultural, Histórico e Natural. Os programas ocorrem, geralmente, através de parcerias com diversas instituições, tanto intergovernamentais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras; também com governos, Estados nacionais; e ONGs como a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Tais parcerias visam garantir a continuidade, integração e expansão dos projetos e ações com os setores de interesse (governos, ONGs, empresas, OIs, Universidades etc.) e a sociedade, criando uma rede complexa de atuação.

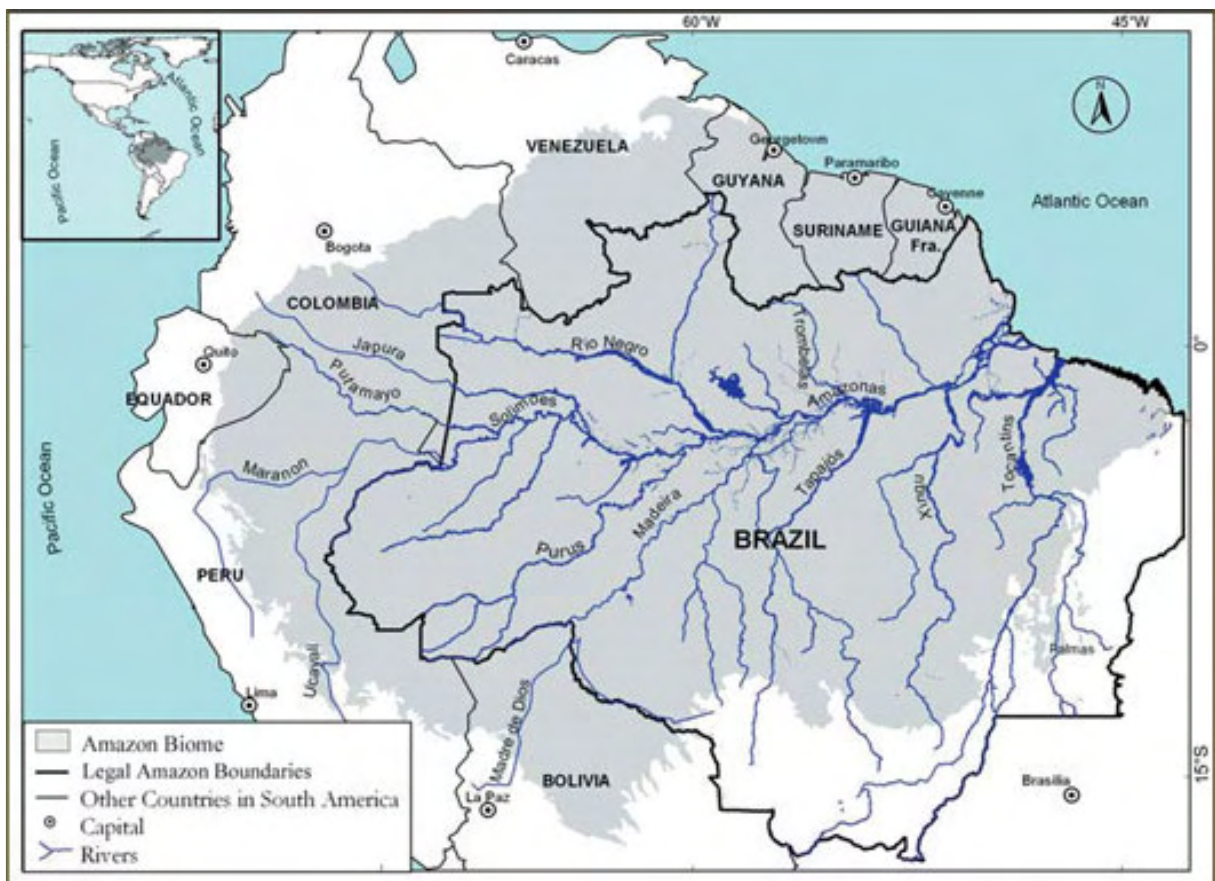
A escolha da região da Bacia Amazônica se justifica por suas riquezas e recursos naturais, pois, além de conter uma das maiores florestas tropicais do planeta, é considerada uma das regiões com maior biodiversidade da Massa Terrestre, sendo o Brasil considerado o líder no ranking dos países considerados

³ A Governança Global Ambiental ou Governança Ambiental Global é uma forma de se pensar, buscar soluções e gerenciar não só os problemas como também os bens e recursos coletivos que não estão separados de outras preocupações e problemas internacionais (v. Capítulo I).

megadiversos⁴ (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, on-line). Dos outros 16 países megadiversos, quatro também são amazônicos: Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Estima-se que:

A Bacia Amazônica estende-se sobre uma superfície que, segundo os critérios adotados para delimitá-la, abarca de 605 a 750 milhões de hectares (ou 6.050.000 a 7.800.000 km²). Considerando o primeiro dado, ao Brasil corresponde 64% da superfície total, 16 % ao Peru, 12% à Bolívia e 8% aos demais: Colômbia, Equador e Venezuela, e em proporção reduzida, às Guianas. Porém, faz-se muita confusão ao tratar da Amazônia em nível continental... (Dourojeanni *apud* AMAYO ZEVALLOS, 1993, p. 158).

Figura 1. Mapa do Bioma Amazônico e limites da Amazônia Legal

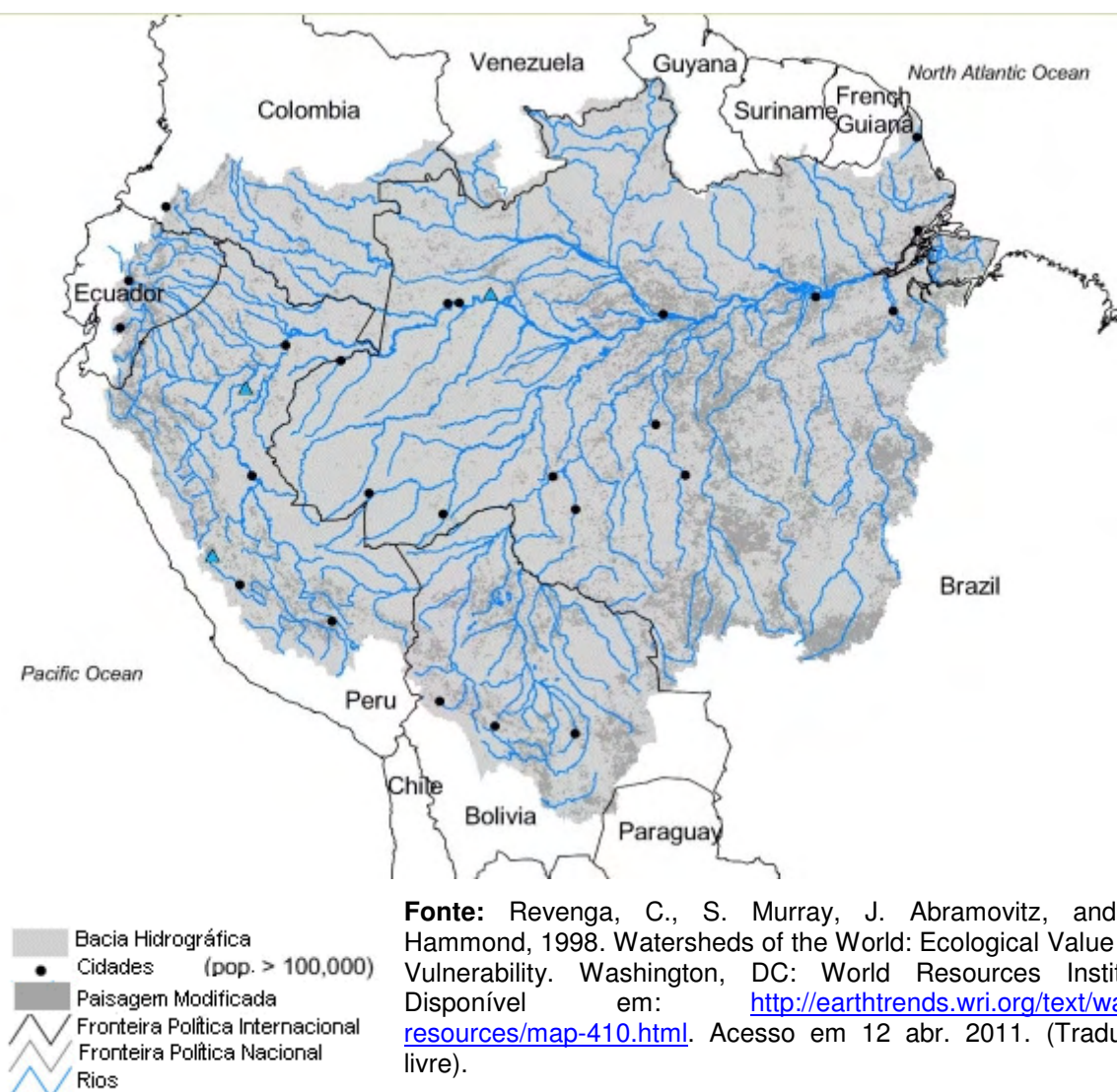


⁴ O termo megadiversidade está relacionado aos Países de Megadiversidade, termo que indica os países com maior riqueza da biodiversidade do planeta. Foi "Russell Mittermeier, primatólogo de renome mundial, quem criou o conceito de País de Megadiversidade quando realizava pesquisa de campo sobre primatas. [...] Os 17 países megadiversos estão distribuídos em quatro continentes. A maioria deles está nas Américas, o continente mais rico de todos, com as maiores áreas de habitats naturais intactos: Brasil, Colômbia, México, Venezuela, Equador, Peru e Estados Unidos. Os demais são a África do Sul, Madagascar, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Indonésia, China, Papua Nova Guiné, Índia, Malásia, Filipinas e Austrália." (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, on-line). Mais informações em: <http://www.conservacao.org/como/index.php?id=11>. Acesso em 05 de dez. 2010.

Nota da figura 1: A Bacia Amazônica - Amazon Basin (área sombreada dentro das linhas pretas) se estende por 6,8 mi km² entre os territórios de Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. 60% da Bacia Amazônica está localizada nas fronteiras do Brasil e essa porção é conhecida como **Amazônia Brasileira**. A **Amazônia Legal – Legal Amazon** (linhas pretas) contém mais de 50% do território brasileiro e é uma unidade administrativa que envolve os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Fonte: Barreto, Paulo, et al., 2006. *Human Pressure on the Brazilian Amazon Forests* (World Resources Institute: Washington, DC; Imazon: Brasil). Informações e mapa retirados de: <http://archive.wri.org/image.cfm?id=2483>. Acesso em 20 mar. 2011. (Traduzido e adaptado).

Figura 2. Mapa da Bacia Amazônica



As informações acima apresentadas sobre a região Amazônica mostram que há uma grande diferença se considerarmos o bioma (figura 1) e a bacia (figura 2), adotamos o termo Bacia Amazônica por uma questão prática para se pensar a

dinâmica regional e internacional, principalmente no que diz respeito a integração regional, as políticas públicas e os processos decisórios coletivos.

Podemos notar que o Brasil tem a maior parte dessa região localizada em seu território, mas como essa região está na porção de mais baixa altitude, as nascentes dos principais rios da Bacia Amazônica se localizam em outros países, principalmente na parte noroeste (figura 2). O rio Amazonas, por exemplo, é originário das cadeias andinas localizadas no Peru e o rio Negro tem sua nascente em montanhas da Colômbia. Embora de suma importância para todos os países da região, notam-se a falta de cooperação e de acordos mais elaborados para gestão e manejo sustentável das águas (AMAYO ZEVALLOS, 1993; 2009; RIBEIRO, W. C., 2008b; 2009). Esses e outros motivos mostram que a escolha da região se justifica também pelos diversos interesses e atores envolvidos nas iniciativas de cooperação e integração regional.

A região da Bacia Amazônica, assim como grande parte da América Latina, ainda possui diversos desafios e problemas sérios (alguns que remetem desde o início da colonização) como a pobreza, a miséria, a fome, os altos índices de violência, o desemprego, a má distribuição de renda, a corrupção e os baixos níveis de escolaridade e saúde são problemas recorrentes e são temas importantes para compreender melhor a região, pois fazem parte de sua conturbada história e também do debate internacional (DONGHI, 1975; BAQUEIRO [org.], 2007; CERVO, 2007). Somam-se a esse cenário as mudanças e transformações geradas pelas Revoluções Industriais a partir do século XVIII e pela Revolução Verde⁵ no século XX que foram, e ainda são, responsáveis por um aumento de pressões e impactos sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais gerando também a exploração, massificação e a precariedade das condições de trabalho e emprego. Isso também resultou em um maior uso de recursos naturais não renováveis na geração de energia e produção de materiais, possibilitou o aumento populacional pela maior disponibilidade de alimentos o que conseqüentemente levou ao maior uso da terra para monocultura e latifúndios, incentivo ao consumo exagerado, entre outras.

⁵ A Revolução Verde diz respeito ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias e seus usos intensivos (fertilizantes, agrotóxicos, mecanização e melhoramento de sementes etc.) que permitiram um aumento expressivo na produção de alimentos.

Algumas consequências dessas mudanças foram o aumento do desperdício com a geração de mais dejetos e poluição (ALIER, 1998; RIBEIRO, W. C., 2008b).

Os interesses e investimentos na região são crescentes por diversos fatores, como o aumento das preocupações com os impactos e consequências das mudanças climáticas e ambientais globais, com sua rica megadiversidade biológica, entre outros. Na Amazônia e nos Andes, as preocupações com os Patrimônios Naturais, Culturais e Históricos fazem parte da discussão e ação visando um mundo mais justo e ambientalmente sustentável. Esses temas são cada vez mais debatidos e abarcados por ações da UNESCO e outras Instituições Intergovernamentais, além de ser parte da agenda e responsabilidade de governos, indivíduos, universidades, sociedade e todos os interessados e envolvidos nesses debates (UNESCO, 2002; 2005a; 2010b). Não podemos ignorar outros fatores relevantes para a América Latina como as crises nacionais e internacionais. Grande parte dos problemas e preocupações encontrados no continente está diretamente relacionada com a questão ambiental e são essenciais para que as soluções, projetos e ações sejam efetivos e eficientes (BAQUEIRO [org.], 2007; KÜTTING, 2000).

As questões ambientais e ecológicas são cada vez mais importantes no cenário internacional ao percebermos que muitos dos problemas e desafios são transnacionais e envolvem diversos interesses e atores estatais e não-estatais. Temas como Meio Ambiente e Direitos Humanos eram vistos como temas secundários e que serviam de suportes ou justificativas aos temas estratégicos e econômicos. O posicionamento brasileiro nas negociações multilaterais que envolvem a temática ambiental na década de 1970 é um exemplo expressivo, em que o crescimento econômico era prioritário a outras preocupações e a poluição era um mal necessário para esse fim. Essa mentalidade vem gradativamente se alterando pelas preocupações com o futuro da humanidade, sua sobrevivência e bem-estar.

Ao aprofundarmos o olhar sobre a questão ambiental vemos que ela está presente desde as noções antropológicas e antropocêntricas que remetem ao fundamento das religiões e crenças. Em tempos remotos quase todos os povos tiveram uma relação íntima de respeito, adoração e temor aos fenômenos naturais como os trovões, chuvas, terremotos, vulcões e furacões, vistos como divindades ou manifestações do seu poder. O desenvolvimento de lendas e mitos para explicar tais

fenômenos e a própria origem do mundo pode ser encontrado em quase todos os povos ancestrais. Mesmo chegando a diferentes conclusões, apresentam semelhanças. Assim, é constante a criação de leis ou costumes, além de ritos complexos para agradar e/ou aplacar a ira das divindades. Por exemplo, as lendas e mitos dos povos andinos em torno da divindade Pachamama⁶ (Mãe Terra/ Mãe Universo), vista como mantenedora e responsável por toda a vida. Esses povos têm uma relação de adoração e respeito por Pachamama, pois ela é poderosa e pode causar a morte e destruição através de terremotos ou permitindo ataques de trovões. Oferendas, geralmente feitas de folhas de coca, são comuns para buscar proteção e a realização de desejos (BOLIN, 1998).

Segundo João Almino (1993/ 2004), a Mãe-Natureza (também conhecida por seu nome grego Gaia) é entendida como sagrada por diversos povos e culturas ancestrais e a ecologia⁷ a tem como uma de suas raízes:

... a reação romântica no próprio século XIX ao iluminismo e a revolução industrial. [...] os conceitos de crescimento e desenvolvimento, que, como o de ecologia, são herdados da biologia, foram incorporados à economia num momento em que esta alçou-se ao primeiro plano das preocupações internas e internacionais dos Estados. (ALMINO, 1993, p. 18-19).

Nas últimas quatro décadas o debate ambiental se estabeleceu na agenda internacional através de fóruns e encontros envolvendo diversos temas desde os mais específicos a essa problemática como a “segurança ambiental”⁸, desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas, como também relacionado a outros temas como fome, saúde, direitos humanos, educação, entre outros. O movimento ambiental atual tem influências e questionamentos que remetem à década de 1960 como, por exemplo, as preocupações com o uso excessivo de

⁶ Em quéchuá ou aimara, idiomas andinos (pacha = Mundo/Terra; e mama = mãe).

⁷ Para Ignacy Sachs (2002, p. 50): “A ecologia moderna desistiu dos modelos de equilíbrio emprestados da economia, para se tornar uma história natural que abarca centenas de milhares de anos. Toda a história da humanidade, muito mais curta, deve conseqüentemente ser reexaminada em termos da integração entre as duas, tendo o conceito de coevolução como categoria central”

⁸ “Diferente do que ocorreu com o desenvolvimento sustentável, que foi sendo elaborado ao longo de várias reuniões internacionais e está servindo como base para a implementação de políticas, a ideia de segurança ambiental global não está configurada como conceito que leva à ação, mas sim à implementação de estratégias por uma unidade política.” (RIBEIRO, W. C., 2001)

agrotóxicos e pesticidas, exposto no livro *Primavera Silenciosa* (1962), da bióloga estadunidense Rachel Carson, ao analisar o perigo e ameaças que tais produtos representam para o equilíbrio da fauna e para a saúde. Até hoje essa obra é considerada um ícone e uma inspiração para muitos movimentos ambientalistas.

O Clube de Roma, criado em 1968, pode ser visto como um exemplo de manifestação e mobilização da sociedade civil, lançou, em 1972, o Relatório Meadows⁹, intitulado *O Limite do Crescimento*, um estudo que alertava sobre os limites ecológicos e a preocupação com o crescimento da produção e da população, pregando a busca de políticas de controle e crescimento zero¹⁰ (MEADOWS, *et. al.*, 2007).

A criação do PNUMA, em 1972 através da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo na Suécia, pode ser vista como um marco para a institucionalização e a internacionalização do debate ambiental. O PNUMA foi a primeira agência especializada sobre a problemática ambiental no rol do Sistema ONU, podendo ser considerada proveitosa, já que permitiu que as ações e projetos ambientais fossem melhor coordenados. As outras agências e instituições das Nações Unidas não deixaram de desenvolver ações ambientais, mas com o PNUMA passaram a ter um parceiro especializado e dedicado a tais questões.

A Declaração de Estocolmo que estabeleceu princípios e diretrizes para os países sobre a questão ambiental também é um importante resultado da CNUMAH. Esta Conferência é marco da conscientização internacional sobre a importância e limitação dos recursos ambientais, refletindo muito do pensamento da década de 1960 e confirmados por diversos estudos posteriores. A questão ambiental começa a ser debatida também por sociólogos que

⁹ O nome Relatório Meadows é usado em homenagem à principal coordenadora e organizadora do estudo organizado pelo Clube de Roma: Donella Meadows. O estudo, em parceria com o Instituto Tecnológico de Massachusetts - MIT previa, através de cenários e modelos, que a situação de insustentabilidade gera um colapso gradual da economia e das sociedades ao atingir os limites ecológicos da Terra (uso de recursos e emissões de poluentes). (v. MEADOWS, *et. al.*, 2007)

¹⁰ A tese do Crescimento Zero diz respeito às projeções feitas pelo estudo apresentado pelo Relatório Meadows, que apontavam que para se manter a estabilidade econômica e a qualidade de vida respeitando a finitude dos recursos naturais era preciso congelar o crescimento populacional e industrial, caso contrário teríamos o colapso das sociedades (MEADOWS, *et. al.*, 2007).

... começaram a perceber sua relevância e abrangência e este tema passou a ocupar a agenda dos governos, organismos internacionais, movimentos sociais e setores empresariais em todo o mundo. Tornou-se evidente que a questão ambiental não era apenas um modismo passageiro, nem uma dramatização de militantes ou cientistas radicais. (FERREIRA, 2004).

É bom lembrar que as preocupações ambientais são anteriores ao período dos anos 1960. "No entanto, foi somente nas últimas décadas do século XX que os problemas ambientais vieram a ser reconhecidos como algo além do local ou mesmo regional." (O'NEAL, 2009, p. 25, tradução livre). As diversas manifestações e organizações voltadas a pensar as questões ambientais e ecológicas que são criadas após a década de 1970, inclusive o fortalecimento dos movimentos civis, são indícios de sucesso, não apenas da CNUMAH em si, mas da importância que a temática ambiental vem ganhando no cenário internacional. De instâncias governamentais até a sociedade civil organizada podem ser encontradas manifestações com intensidades e interesses variados sobre um mesmo assunto graças a uma maior interação e mobilização entre indivíduos de origens e culturas diferentes, e do aumento de conhecimentos compartilhados, que auxiliam na tomada de decisões mais conscientes e posicionamentos mais embasados.

Ainda que as medidas e ações tomadas a partir de 1972 fossem abaixo das expectativas iniciais, elas foram capazes de fomentar e expandir discussões e ações ambientais. Resultaram em diversas propostas nas quais começou a ganhar corpo o debate sobre o termo *Desenvolvimento Sustentável*. O termo desenvolvimento sustentável começa a ganhar força na década de 1970-80, principalmente com a noção do *ecodesenvolvimento*¹¹, formulado por Ignacy Sachs (1986; 2002) e consagrado, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMMA), das Nações Unidas conhecida como Comissão Brundtland. O Relatório Brundtland¹², intitulado *Nosso Futuro Comum* (1987) adota a perspectiva que o desenvolvimento deve ser sustentável a ponto de garantir a qualidade de vida presente, sem que isso prejudique as gerações futuras (BARROS-PLATIAU *et. al.*, 2004; VEIGA, 2008;

¹¹ "Quer seja denominado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as Conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válido, ..." (SACHS, 2002, p. 54)

¹² Essa Comissão da ONU foi presidida pela ex-Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland e por isso o Relatório dessa Comissão é conhecido como Relatório Brundtland.

RIBEIRO, W. C., 2008a). Não significa que devemos deixar de lado os problemas e desafios presentes nem que os focos e preocupações devam se pautar apenas em aspectos ou visões econômicas (ALIER, 1998; 2009; RIBEIRO, W. C., 2008b)

Não podemos esquecer também o contexto histórico em que tais discussões se desenvolveram, principalmente ao considerar as tensões e disputas entre capitalismo e comunismo que marcaram o período pós-Segunda Guerra Mundial, também conhecido como Guerra Fria (entre as grandes potências que emergem vitoriosas da Segunda Guerra – Estados Unidos e União Soviética). Mesmo que o momento dessas ações seja o período conhecido como *détente*, porque houve uma aproximação e busca de entendimento entre os pólos em conflito, ainda foi em um período da Guerra Fria e os interesses e preocupações principais das potências não estavam na preservação e conservação ambiental. Para Joan Martínez Alier (2009) as relações entre natureza e sociedade são históricas em dois sentidos:

Primeiro, a história humana se desenvolve no contexto de circunstâncias naturais. Contudo, a história humana também modifica a natureza. Segundo, a percepção da relação entre os humanos e a natureza tem sido alterada ao longo do tempo. (p. 44)

Hoje é cada vez maior a discussão envolvendo a preservação e conservação ambiental¹³ e também sobre a necessidade de práticas sustentáveis, nos níveis locais, regionais e globais envolvendo diversos setores sociais, culturais, políticos e econômicos. A dimensão social do problema ecológico amplia o pensamento para além da dinâmica biofísica e agrega valores e preocupações éticas, antropológicas, culturais, sociais, econômicas e políticas. Analisar o debate ambiental tende a nos mostrar que as sociedades não são estáticas e seus pensamentos tampouco:

Quando se aborda a questão ambiental é quase unânime a identificação dos seguintes temas e problemas: o uso social dos recursos naturais, a relação sociedade-natureza, a mudança ambiental tanto local como globalmente, desmatamento, extinção de espécies, ruído, ar e outros fenômenos de contaminação ambiental, doenças por exposição tóxica, poluição industrial, a produção de dejetos urbanos, políticas

¹³ Ambos os termos dizem respeito aos recursos naturais e seus usos. Preservar quer dizer torná-los intocáveis e protegidos (até mesmo de nós seres humanos), enquanto conservar significa fazer com que esses recursos sejam capazes de se reproduzir, mas permitindo o uso e consumo racional para fins econômicos. (BARROS-PLATIAU, *et. al.*, 2004; RIBEIRO, W. C., 2008a; 2008b)

conservacionistas, produtos transgênicos, ameaças a diversidade cultural, hábitos de consumo etc. (FLORIANI, 2004, p. 142)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) - também conhecida como Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra - aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, e teve como objetivo atualizar e aprofundar o debate e as ações ambientais internacionais com grande influência das ações e propostas das décadas anteriores. Embora fosse esperada a criação de uma Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONUMA)¹⁴, não houve apoio suficiente, inclusive o Brasil defendeu o fortalecimento de organismos já existentes e optou pela discussão e implantação da Sustentabilidade Ambiental. (BARROS-PLATIAU, *et. al*, 2004).

Uma das principais propostas da Cúpula da Terra foi a Agenda 21, um documento abrangente, dividido em 40 capítulos abordando diversos temas como a dimensão econômica, consumo, saúde, ONGs, gestão de recursos, gênero, população indígena, educação, entre outros. A UNESCO, através do Capítulo 36, foi eleita a organização líder para as questões envolvendo a Educação Ambiental (EA), responsável pela coordenação e elaboração de programas, principalmente na área de Educação e Ciência (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1996). Não podemos esquecer que as próprias ONGs e movimentos sociais também reunidos durante a ECO-92 fizeram um fórum paralelo que resultou no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹⁵, referência mundial para quaisquer ações envolvendo a EA.

¹⁴ A diferença entre a escolha do PNUMA, ao invés da ONUMA refere-se basicamente ao seu grau de autonomia, tanto financeira como nos processos decisórios e execução de projetos. Enquanto uma Organização possui teoricamente maior liberdade de ação, os Programas necessitam, em determinadas circunstâncias, de autorização de outras instâncias dentro do Sistema ONU para agir, principalmente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Embora o sucesso ou fracasso de uma instituição dependa de outros fatores como a aceitação, legitimidade e financiamento por parte dos Estados-membros.

¹⁵ "Este documento, além de firmar com forte ênfase o caráter crítico, político e emancipatório da Educação Ambiental, entendendo-a como um instrumento de transformação social, ideologicamente comprometida com a mudança social, aponta também outro elemento que ganha destaque em função da mudança de acento do ideário desenvolvimentista: a noção de sociedades sustentáveis, construídas a partir de princípios democráticos, em modelos participativos de educação popular e gestão ambiental." (HENRIQUES, *et. al.*, [orgs.], 2007. p. 31).

Podemos notar que são vários os aspectos que dimensionam os debates e ações ambientais: culturais, políticos, sociais, econômicos, institucionais, internacionais etc., mas mostram também a dificuldade e fragilidade do assunto, pois várias recomendações não se concretizaram, ou tiveram que ficar abaixo das expectativas iniciais, como foi o caso do próprio Relatório Meadows e da proposta inicial de criação da ONUMA, já sugeridos durante a CNUMAH (BARROS-PLATIAU, *et. al.*, 2004; FLORIANI, 2004; RIBEIRO, G. L., 2000).

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) surge de diversas visões e propostas, elaboradas através de vários encontros internacionais, desde a CNUMAH de 1972 na Declaração de Estocolmo, princípios 95 a 101, no capítulo intitulado *Aspectos Educacional, Informacional, Social e Cultural de Temas Ambientais*¹⁶, mostrando a preocupação com aspectos técnicos e educacionais da questão ambiental e a importância da atuação e envolvimento da UNESCO e de outras agências em estudos, projetos e divulgação de informações. Com a assinatura da Declaração de Belgrado, em 1975, foram ratificadas e estabelecidas as bases do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), uma das propostas da CNUMAH. E na Conferência de Tbilisi¹⁷, em 1977, (promovida pela UNESCO em parceria com o PNUMA) são estruturadas as bases da EA. Essas iniciativas já buscavam a interação e integração dos diversos setores através de uma nova visão de mundo com uma nova forma de estruturação e desenvolvimento da sociedade mundial (SAUVE, 1997; UNESCO, 2002). A atuação da EDS não deve ser limitada apenas a instituições formais e a educação deve ser tratada como uma questão transversal, estimulando atitudes e ações em todos os níveis, desde o local até o global, e nas diversas esferas da sociedade (UNESCO, 2005a).

Essas são algumas das bases que resultaram na formulação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS), que vai de 2005 a 2014, que se apresenta como um elemento que pode facilitar a cooperação e o

¹⁶ "Educational, Informational, Social and Cultural Aspects of Environmental Issues" Disponível em: <http://www.un-documents.net/aphe-b4.htm>. Acesso em 29 fev. 2009.

¹⁷ Foi a primeira Conferência Intergovernamental em Educação Ambiental (na Geórgia, ex-URSS) até hoje considerada um marco institucional sobre o tema, em que "a Educação Ambiental é o resultado da reorientação e articulação de diferentes disciplinas e experiências educacionais que facilitam uma percepção integrada dos problemas do meio ambiente, permitindo ações mais racionais capazes de satisfazer as necessidades sociais". (UNESCO, 1978, p. 25, tradução livre).

entendimento entre as diversas partes do mundo, pois busca estabelecer uma nova "visão de mundo", mais holística e solidária, em que as questões ambientais e ecológicas não são separadas das questões sociais, políticas, culturais e econômicas. A DEDS foi proposta, em 2002, por Japão e Suécia na Assembleia Geral da ONU e aprovada pela Resolução no. 57/254, de 20 de dezembro de 2002, como parte dos esforços da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDs), também chamada de RIO+10 realizada no mesmo ano em Johannesburgo.

A DEDS tem por objetivo instrumentalizar, propor e desenvolver ações e projetos para realizar as premissas da Agenda 21 através de diversas parcerias e interesses com os vários setores da sociedade e sendo a educação considerada um dos elementos indispensáveis para se atingir a Sustentabilidade. A UNESCO é a agência líder responsável pela coordenação dessas ações (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1996; UNESCO, 1997; 2002; 2005a). A UNESCO estruturou quatro planos de ações voltados a EDS:

- melhorar o acesso a uma educação básica de qualidade
- reorientar os programas educacionais existentes
- desenvolver entendimentos e preocupações públicas
- promover treinamento. (UNESCO, 2007, p. 6, tradução livre)

Foram estabelecidos quatro pilares que devem contribuir para um futuro sustentável, através da educação:

- Aprender a conhecer
- Aprender a viver juntos
- Aprender a fazer
- Aprender a ser

Os princípios que orientam os objetivos se transformam em dez áreas de ação na Década:

1. Redução da pobreza
2. Equidade de gênero
3. Promoção da saúde
4. Conservação e proteção ambiental
5. Transformação rural
6. Direitos humanos
7. Entendimento intercultural e paz
8. Produção e consumo sustentáveis
9. Diversidade cultural e natural
10. Tecnologias da informação e comunicação (PERU, 2005a, p. 5)

Para que a implementação da DEDS seja possível foram propostas sete estratégias: 1) atividades de promoção e projeção; 2) consulta e apropriação no

nível local; 3) parcerias e redes; 4) capacitação e treinamento; 5) pesquisa e inovação; 6) uso de Tecnologias de Informação e de Comunicação; 7) Monitoramento e avaliação (UNESCO, 2005a/ 2005b). A DEDS está em sua metade final e por isso ainda não é uma ação que se possa dizer que obteve sucesso ou fracasso quanto a seus objetivos. Mas é possível analisar os resultados obtidos em meia década de trabalho. Focaremos os dados e relatórios disponibilizados no encontro organizado pela UNESCO, especificamente para esse fim em Bonn, Alemanha, no final de 2009.

Dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro, aprofundamos as discussões e debates sobre a Governança e as Relações Internacionais e como o debate ambiental se torna importante no cenário internacional. Buscamos analisar como a Governança Global Ambiental se estabeleceu no Sistema Internacional e a importância de se pensar sua constituição e seus problemas práticos e teóricos. O Segundo Capítulo trabalha o papel da UNESCO e como as ações desenvolvidas nos países amazônicos, pautadas na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, contribuem para a Governança Global Ambiental. O terceiro capítulo analisa as iniciativas dos países da Bacia Amazônica, principalmente o Brasil, o Peru e a Venezuela, e o papel da Governança Global Ambiental através de iniciativas influenciadas pela UNESCO e pela Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO I – A GOVERNANÇA GLOBAL E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A mudança na visão do papel da ciência leva ao entendimento que "as metas do novo conhecimento científico já não mais residiriam na busca de verdades instrumentais e na conquista da natureza, mas sim na necessidade de uma relação harmoniosa entre a humanidade e a natureza." (Funtowicz, Ravetz, 1993 apud PORTO, 1997, p. 12). Assim, a incerteza e a complexidade passam a ganhar espaço nessas análises dessa ciência denominada pós-normal (FUNTOWICZ, STRAND, 2007; ALIER, 2009).

... a presença de incerteza irreduzível e a complexidade nos assuntos de política ambiental e tecnológicos necessitam o desenvolvimento de abordagens para a resolução de problemas e a ligação entre ciência e política alternativas, nas quais a incerteza seja reconhecida e a ciência conscientemente democratizada. Finalmente, na descrição da condição pós-moderna de Lyotard (1984), vários pensadores têm encontrado inspiração para a pesquisa dos aspectos coloniais e intolerantes da tradição iluminista que impõe suas normas e modelos de ciência e governança sobre outras culturas. (FUNTOWICZ, STRAND, 2007, p. 99).

As perspectivas ambientais no campo de análise das relações internacionais ainda estão buscando espaço. Isso enriquece e amplia o debate, mas gera uma série de cuidados necessários para não se tornar apenas um manifesto ou uma crítica leviana. O reconhecimento da diversidade teórica ajuda a situar o debate e o foco nas análises sobre a Governança é justificado pela própria dinâmica internacional envolvendo as questões ambientais brevemente vista na Introdução. Este capítulo vai tratar da questão ambiental no cenário internacional, aprofundando a análise de como a Governança Global pode ser trabalhada pelas teorias de Relações Internacionais e de que forma pode-se entender melhor a Governança Global Ambiental (GGA).

A Sustentabilidade Ambiental está diretamente relacionada ao debate sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) e tem entendimento e visão complexos e profundos, que busca integrar e religar as diversas áreas do saber ao repensar as bases do conhecimento e do desenvolvimento (LEFF [coord.], 2003; 2001; MORIN, 2003). Também pode ser entendida como "a manutenção de um estado de equilíbrio

estável, de não uso de recursos naturais e não produção de dejetos.”¹⁸ (FLORIANI, 2004, p. 147). Mas como chegaremos a um caminho e futuro ambientalmente e ecologicamente sustentável vem se provando um dos grandes desafios para o século XXI.

O acúmulo de saberes, conhecimentos e técnicas, que culminaram na Revolução Industrial, de certa forma mostrou o triunfo de um tipo de pensamento que via o ambiente como algo a ser dominado para ser usufruído. Mas também levou a um movimento que questionava as bases dessa dominação, principalmente por temerem as consequências desses atos. Podemos considerar a cultura e o conhecimento como assuntos de destaque no âmbito da política internacional, sejam pela necessidade de se buscar entendimentos mútuos, na busca por uma conscientização entre os diversos atores (Estados, empresas, governos, Organizações, indivíduos, Instituições, mídia e tantos outros) ou até mesmo na criação de formas de ordenação e governança (YOUNG, 1999; RIBEIRO, W. C., 2008a, 2008b; ROSENAU, 2000).

Às vezes é difícil saber quais as conjunturas e motivos internos e/ou externos, que levam a tomada de decisões e posicionamentos dos governos em suas políticas, discursos e ações. As pressões (econômicas, políticas e sociais) internas ou de outros Estados, como também de empresas e da sociedade civil (internas e externas), podem ser fatores que influenciam tais decisões, dada a dinâmica entre os diversos setores da sociedade e seus interesses. Isso não significa que os interesses nacionais deixam de ter importância, pelo contrário, a busca por acordos e organismos internacionais geralmente visa proteger e expandir interesses e ganhos internos. Nenhum Estado defende ou adota uma política ou um tipo de regime em que vai sempre perder, podem até haver concessões e perdas no curto prazo, mas visam possibilidades de ganhos futuros maiores, sejam eles socioeconômicos e/ou políticos.

¹⁸“Porém, a própria discussão de sustentabilidade, por carregar valores sobre como deve ser o mundo de hoje e o de amanhã, não é negativa nem improcedente. Ao contrário, se partirmos do ponto de que o conhecimento da realidade é também reconhecimento do mundo, através de valores culturais, devemos ter presente que se trata hoje de um engajamento planetário ou global, de ressignificação da realidade e que esta não ocorre à margem dos interesses e dos valores sobre como deve ser uma sociedade e como garantir para todos ou para alguns, as condições desejáveis de existência da Biosfera.” (FLORIANI, 2004, p. 147).

O espaço de vinte anos entre a CNUMAH de 1972, em Estocolmo, e a CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro, mostra como o tema tem enfrentado dificuldades na agenda internacional. Já durante a própria CNUMAH houve dificuldade em implementar e negociar suas propostas iniciais, que tiveram que ser revistas para resoluções mais modestas. O fim da década de 2000 parece demonstrar que a euforia e otimismo do início dos anos 1990, com as grandes Conferências Internacionais, vem decrescendo. (PARK *et. al.* [ed.], 2008).

A influência e emergência da temática ambiental têm aumentado nos últimos anos, mas parece haver uma maior concentração para temas envolvendo o aquecimento global. Como exemplo, podemos citar o destaque alcançado pelo documentário *Uma Verdade Inconveniente* (2006), que recebeu o Oscar em 2007 por melhor documentário, é baseado na vida e campanha do ex-vice presidente dos Estados Unidos, Albert Arnold (Al) Gore Jr. sobre os perigos e a crise climáticas geradas pelo aquecimento global.

Em 2007, Al Gore recebeu também o prêmio Nobel da Paz, dividido com o grupo de especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), presidido pelo indiano Rajendra Pachauri, “por seus esforços em construir e disseminar grandes conhecimentos sobre a mudança climática feita pelo homem, e gerar as fundações para medidas que são necessárias para conter tais mudanças” (THE NOBEL PEACE PRIZE 2007, tradução livre).

Uma das questões que mais geram inquietações quando se trata de qualquer assunto ligado a problemas ambientais tem relação com a veracidade do dado apresentado. O aquecimento global, assim como os perigos dos gases causadores do efeito estufa gerou mitos e histerias por décadas e, ainda assim, hoje há céticos sobre o assunto, mesmo quando se torna cada vez mais evidente sua veracidade (MORAN, 2008). É preciso respeitar as opiniões alheias, entender os diferentes pensamentos e as abordagens que são utilizadas, ao mesmo tempo deve-se tomar cuidado com retóricas e outras táticas que visam apenas desviar a atenção ou criar pânico. O risco e a ameaça de risco se tornam cada vez mais importantes nos dias de hoje e estão sendo levadas mais em conta em muitas decisões, tanto por parte de indivíduos, empresas, Estados ou governos que começam a adotar cada vez mais o *princípio da precaução* em suas tomadas de decisão (v. BECK, 1992). Não

apenas o risco deve ser considerado, mas os perigos também devem ser levados em consideração nos processos decisórios coletivos (ALIER, 2009).

O crescente clima de pessimismo que permeia os debates sobre Mudanças Climáticas fazem referência não só aos diversos interesses e envolvidos no debate, mas também ligado a uma possível "guerra de informação" para preservação do *status quo* em muitos setores produtivos considerados poluidores. Nos Estados Unidos uma pesquisa revela que o aumento do ceticismo em relação ao aquecimento global já chega a quase metade da população no começo de 2010, logo após a descoberta de que existem dados considerados errados ou exagerados relatórios divulgados pelo IPCC. "Mais de um terço dos entrevistados disse que os efeitos do aquecimento global nunca vão acontecer (19%) ou que não acontecerão enquanto eles estiverem vivos (16%)" (CETICISMO..., 12 mar. 2010).

O fracasso das negociações na 15ª. Conferência das Partes (COP-15), realizada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, foi marcado também pelo escândalo apelidado pela mídia britânica como "Climategate" devido à divulgação de mensagens eletrônicas de cientistas britânicos ligados ao IPCC denunciando uma possível manipulação de dados para extrapolar o efeito antropogênico sobre as mudanças climáticas, apenas um mês antes da Conferência, prejudicaram uma negociação que já estava em clima de pessimismo quanto um acordo Pós-Quioto¹⁹ mais enérgico devido a fracassos anteriores. (WYNN, 20 dez. 2009; BRITÂNICO..., 14 set. 2010; YVO..., 13 dez. 2007; CHEFE..., 12 abr. 2010). Em todos os processos relacionados ao aquecimento global vemos um potencial de risco muito grande e que não devem ser pensados apenas em seus aspectos ambientais. É preciso considerar também os riscos geopolíticos e socioeconômicos (TILIO NETO, 2009). Pensar Governança Global Ambiental é cada vez mais importante nesse cenário de desconfiança e as teorias de RI apresentam contribuições fundamentais a este debate (O'NEAL, 2009; VOGLER, 2011).

¹⁹ O Protocolo de Kyoto ou Quioto de 1997 é de grande importância para as negociações e debates sobre Mudanças Climáticas, pois colocam metas e incentivos para a redução da emissão de gases de efeitos estufa (GEE), obrigatórios para países considerados desenvolvidos até 2012, mas não para os outros. Mesmo os EUA não assinando o acordo ele entra em vigor em 2005 após ratificação da Rússia em 2004 e com validade até 2012. As metas diferenciadas são alguns dos impasses para um novo acordo. (MOREIRA, 2009; TILIO NETO, 2009)

As perspectivas e visões encontradas nas teorias e conceitos trabalhados pelas RI possuem influências e origens variadas (sejam pelas ciências sociais, políticas, pela economia, pela visão estratégica, pelas perspectivas históricas, culturais, entre outras). Essas inúmeras influências geram múltiplas dimensões, enfoques e conclusões. O processo de análise das RI encontra na discussão ambiental uma fonte vasta, interessante e pouco explorada, principalmente quando se nota que a maioria, se não todos os processos ambientais, são transfronteiriços e não dependem apenas de políticas nacionais, ou de adequações das teorias existentes (KÜTTING, 2000; DESOMBRE, 2005; 2007). Esses e outros fatores possibilitam que os estudos do campo de pesquisa das RI tenham grande riqueza teórica e características multidisciplinares.

Para Fred Halliday (2007), em sua obra *Repensando as Relações Internacionais* de 1999, a diversidade teórica é uma força das relações internacionais, considerada por ele como parte das ciências sociais e tendo sua origem e influências formativas nas Grandes Guerras do Século XX. A disciplina materna das RI, segundo ele, "... não seria a história ou a ciência política, mas o direito internacional [...] Em sua fase inicial, as RI adotaram uma abordagem predominantemente legal, hoje erroneamente apresentada como 'utópica' ou 'idealista'." (p. 23).

A perspectiva idealista e legalista tem origem no Liberalismo e buscava a ordem e paz através das leis, também prezava as questões mais institucionais e que não envolviam tanto o Estado. Após a Segunda Guerra Mundial e o fracasso em se chegar a um consenso quanto à ordem internacional começam a ganhar espaço as análises que prezam o pragmatismo e racionalismo da perspectiva *realista*, baseada na primazia do Estado e sua busca de poder nas relações internacionais. Essa disputa teórica entre liberais e realistas é considerada o *primeiro grande debate* das RI, disputando o que deveria ser estudado na área. O contexto da Segunda Guerra Mundial facilitou o sucesso das teorias realistas. O *segundo grande debate* é influenciado pelo *behaviorismo* das ciências sociais contra os tradicionalistas, enfocando a metodologia, em que a preocupação não diz mais respeito sobre o que deveria ser estudado, mas como estudá-lo e a preocupação com o rigor científico (NOGUEIRA, MESSARI, 2005).

A partir da década de 1970, outras abordagens e perspectivas começam a ganhar espaço e fomentar debates e estudos encontrados nas agendas de pesquisa das RI em que as preocupações e teorias vão além do Estado. O debate neo-neo (neoliberalismo x neorealismo), na década de 1980, mostra uma aproximação dos conceitos liberais com temas realistas e vice-versa, mesmo assim há disputas sobre qual é a importância que deve ser dada a cada tema, e a outros atores além do Estado (VIOTTI, KAUPPI, 1999; NOGUEIRA, MESSARI, 2005; LAMY, 2008).

Além de novos atores não-Estatais, começam a ganhar espaço outras influências como movimentos sociais e abordagens teóricas de outros campos que se tornam importantes no pensamento das RI. Essas novas influências e a discussão entre positivismo e o pós-positivismo marcaram o *terceiro grande debate das RI*, em que novamente se discute o que estudar. Diversas abordagens alteram e ampliam a dinâmica dos debates e temas como os direitos humanos e questões ambientais que começam a se expandir ao fim dos anos 1990.

A teoria construtivista ou cognitivista foi influenciada pelas ciências sociais e começa a ganhar espaço no fim dos anos 1980, apresentando maiores impactos nos anos 1990. O enfoque e diferencial dessa teoria (presente na visão em que nós, enquanto agentes atuamos na estrutura que “construímos” ao longo do tempo) é que estamos fazendo e refazendo o mundo que nos cerca em que a “anarquia é o que os Estados fazem dela”²⁰ (WENDT, 1992). O papel das Instituições, dos agentes não governamentais e das normas, assim como a identidade e a cultura, tornam-se essenciais para entender essa abordagem que foi se estabelecendo como uma via média e ‘reflexivista’ nas RI e contrapondo-se às visões e perspectivas racionalistas (realistas, liberalistas) e também aos marxistas (NOGUEIRA, MESSARI, 2005; BARNETT, 2008; O’NEAL, 2009). De acordo com Nicholas Onuf: “fazemos do mundo aquilo que ele é a partir dos recursos que a natureza fornece através do que fazemos uns com os outros e do que dizemos uns aos outros” (*apud* DOUGHERTY, PFALTZGRAFF JR., 2003, p. 192)

²⁰ A anarquia é definida pelo livro *Sociedade Anárquica* de Hedley Bull, escrito em 1977, conceituado como uma das literaturas clássicas das RI ao problematizar que não existe um governo mundial com força ou legitimidade suficiente para exercer a ordem e a lei acima daquelas exercidas internamente pelos Estados. Tal anarquia diz respeito à relação entre Estados soberanos de forma não hierárquica, isso não quer dizer que são situações e processos caóticos, nem tampouco igualitários. (BULL, 2007; O’NEAL, 2009).

Para o construtivismo o Estado, embora fundamental, parece não ser mais suficiente em um mundo que busca resoluções para problemas ambientais que são transfronteiriços e interdependentes (YOUNG, 1999; DESOMBRE, 2005; 2007). Novos mecanismos e procedimentos são criados, o que leva ao surgimento de estruturas burocráticas e instituições intergovernamentais e acordos e tratados são firmados entre diferentes países em busca de soluções para problemas comuns. Outros atores podem se tornar relevantes como organizações da sociedade civil, ONGs, Empresas, indivíduos, Institutos e Instituições Internacionais, que consigam criar normas, princípios e regras reconhecidos e validados pela sociedade internacional. O caso da Organização Internacional para Padronização (ISO) é exemplo tanto da relativização do papel do Estado como do avanço que as ONGs alcançaram no Sistema Internacional. A ISO tem status e reconhecimento internacionais, atua em 157 países e é uma ONG que foi fundada em 1947 na Suíça, com importantes contribuições para o desenvolvimento de normas para empresas e indústrias: qualidade do produto, do atendimento, ambientais entre outras (ISO, 2008). Este é um ponto interessante para discutirmos a Governança Global e o papel da Sociedade Civil, mas devemos ter cautela com os argumentos apresentados: retornando ao exemplo da ISO, por um lado, por mais que os padrões e regras estabelecidos pelo ISO sejam bem vistos e aceitos pela sociedade, eles não são obrigatórios e cabe a empresas e indústrias se associarem ou não; por outro lado, sua aceitação indica uma imposição do mercado aos consumidores que, quando podem, escolhem os produtos com esse diferencial.

Nos foros internacionais destaca-se o caráter político das discussões, as próprias negociações e acordos acabam se tornando abrangentes, vagos, genéricos ou que abordam muito mais questões específicas e termos técnicos. Essas são práticas conhecidas, não apenas em discussões ambientais, mas questões de direitos humanos também costumam ter esse caráter burocrático e específico evidenciando a falta de conhecimentos e entendimentos comuns, mútuos e compartilhados. Talvez um dos motivos seja a dificuldade em se pensar ainda de modo coletivo e solidário. Embora se falem em comunidade ou sociedade mundial, a ação de Chefes ou representantes de Estados ou Governos geralmente é em favor de seu interesse nacional. Se um acordo não possui metas efetivas, valor legal e nem formas de punição para o seu descumprimento é quase uma carta de

intenções, logo, as intenções podem ser as melhores possíveis. Agora, se um acordo aborda planos de ações, formas de controle mais rígidos e conta com dispositivos legais para esse controle, ele acaba tendo dificuldades para ser implementado. Mesmo a Agenda 21 depende da vontade política e de financiamentos para ser desenvolvida seja por governos, empresas e até universidades. Isso não significa que as intenções não tenham importância, pelo contrário, elas podem ser vistas como declarações e incentivos importantes para o aprofundamento do debate e das ações, para a adoção voluntária e mobilização social em torno de um tema como a Sustentabilidade Ambiental. O problema é quando os debates ficam limitados a um determinado fórum ou estrutura burocrática ineficiente e não conseguem ser aprofundados, expandidos ou sequer divulgados.

As primeiras Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente organizadas pela ONU (tanto a de 1972, em Estocolmo como a de 1992, no Rio de Janeiro) têm seus méritos e sucessos, principalmente como marcos da institucionalização e internacionalização do debate ambiental, mas ainda podem ser vistas como iniciais e em alguns casos insuficientes. Como a questão ambiental é ampla e complexa, é praticamente impossível tratar de todos os aspectos em uma única conferência ou mesmo em uma única Instituição. O aumento dos debates e a expansão de Instituições Internacionais que trabalham a questão ambiental são importantes, pois não significam necessariamente um enfraquecimento e uma fragmentação do tema, mas é preciso uma maior coordenação, transparência e interatividade entre os diversos atores envolvidos para que essa descentralização seja eficaz (IVANOVA, ROY, 2007; LOUREIRO, 2002). Isso tem relação com a importância do papel do Estado e da própria sociedade que passaram por transformações significantes entre uma Conferência Ambiental e outra. Um exemplo para entendermos um pouco melhor essas mudanças é a participação de movimentos e instituições da sociedade civil no debate ambiental que adquirem cada vez mais espaço no Sistema Internacional.

A possibilidade de ONGs tratarem diretamente com governos e até celebrarem tratados e acordos de cooperação com Estados e Organizações Internacionais mostra o avanço do *status* jurídico alcançado pela sociedade civil e as influências de manifestações sociais na difusão e integração do conhecimento, informação, regras e até valores comuns. As formas de autoridade e

regulamentação internacional são produtos de seu tempo e mesmo que a sociedade civil esteja cada vez mais organizada, com recursos próprios para maior pressão, divulgação e integração entre elas e a sociedade em geral, ainda vemos muitas das decisões internacionais polarizadas nas esferas burocráticas estatais e intergovernamentais que, em grande medida, permitem, ou não, a atuação desses organismos em seus territórios. A expansão de ONGs e movimentos sociais e civis nas Conferências Ambientais da ONU foram grandes, mas apenas com o *status* de observadores e em alguns momentos como debatedores. Todos os processos decisórios ainda dependeram das esferas burocráticas e diplomáticas que cada país enviou às Conferências, além disso, as decisões tomadas devem ser ratificadas por processos governamentais internos. No caso brasileiro isso significa passar por votação no Congresso Nacional e ser assinada pelo Presidente. Esses processos não sinalizam alterações profundas em um futuro próximo, mas isso não quer dizer que não há ordem e governança na sociedade internacional e sim mostra um dos aspectos deste complexo debate.

Existe uma preocupação crescente envolvendo os problemas e bens ambientais transfronteiriços que necessitam de um processo decisório conjunto e que leve em conta os envolvidos para que haja eficácia e eficiência nas diversas formas de cooperação e regulamentação internacionais capazes de formar uma possível Governança Global. Algumas das discussões teóricas sobre o tema afirmam que um dos principais problemas para a GGA é a falta de coerência e coordenação em muitas de suas propostas, principalmente aquelas relacionadas com a questão ambiental (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996; YOUNG, 1999; IVANOVA, ROY, 2007). Um exemplo de como a falta de consenso e integração regional é preocupante está na inexistência de tratados e acordos internacionais que regularizem o acesso à água potável. A Bacia Amazônica está diretamente ligada a essa problemática já que é um dos territórios com grande concentração de água doce corrente do planeta, ainda mais quando diversos estudos apontam para uma possível escassez desse recurso fundamental para a vida de muitos seres, incluindo nós humanos (AMAYO ZEVALLOS, 2009; RIBEIRO, W. C., 2008b; [org.] 2009).

A Governança e suas funções podem contribuir para o desenvolvimento de instituições, normas e regras, pois possibilitam uma maior integração e difusão do

conhecimento, se for pautada na transparência dos processos de cooperação internacional adquirindo uma visão para além dos interesses racionais e de poder. Trabalhos como os de Oran R. Young (1999) e Magali A. Delmas e Oran R. Young (ed). (2009), mostram o aumento da demanda por Governança no mundo, devido ao aumento da interdependência e globalização, em que os regimes internacionais podem servir como fontes de governança e que as características desses sistemas também podem ser vistas por uma perspectiva funcionalista e utilitarista, mas tais argumentos não podem ser utilizados para deslegitimar ou menosprezar a importância da Governança.

O próprio conceito de Governança pode variar dependendo do ponto de vista adotado. A Governança é vista como um processo recente e diz respeito à autoridade, ou ao esforço para exercer autoridade através de diversos processos e sistemas de regras que são criados por um contexto histórico, político, socioeconômico. Os integrantes e envolvidos neste mecanismo variam de acordo com o objetivo e interesse dos participantes e pode levar à criação de Regimes, Instituições e até leis internacionais. O Estado não é necessariamente o centro e o principal ator nos mecanismos de governança, sua presença, em certos aspectos e em certas circunstâncias, pode ser relativizada, mas não abandonada. Diversos autores e estudos entendem a Governança como as normas, regras, processos, mecanismos, Instituições e outros fatores que se relacionam e contribuem para o exercício da autoridade, ainda que sem a existência de "governos" (ROSENAU, CZEMPIEL [org.], 2000; ROSENAU, 2003; HALLIDAY, 2003). Também devemos considerar a perspectiva de que a "governança global é entendida como uma resposta ao aumento dos sérios problemas de ação coletiva gerado pela crescente interdependência social, ecológica e econômica." (HURRELL, 2007, p. 15).

De acordo com a Comissão sobre Governança Global (1996):

Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições. (p. 2).

Um dos principais problemas quando pensamos nos processos de governança é justamente o consenso sobre qual o caminho a seguir e qual visão adotar, sendo que cada grupo de interesse tem uma opinião e cada Estado tem entendimentos e procedimentos próprios, que podem variar de acordo com a situação e com os interesses envolvidos.

O aumento da percepção de um mundo mais interdependente e em constantes transformações faz com que a implantação e aplicação de medidas efetivas e com mais chances de sucesso no cenário internacional – não apenas em questões ambientais - necessitem de um processo transparente, integrador e dinâmico. Esses processos geralmente ocorrem através de sistemas de governança entre os diversos setores da sociedade e nos mais diversos níveis: locais, regionais, transnacionais e globais. Eles devem ser capazes de criar discussões, ações, mecanismos e estruturas sólidas para se pensar e resolver problemas ambientais, socioeconômicos, políticos e culturais que são essenciais para a construção de uma sociedade participativa mais justa, ética, igualitária e ambientalmente sustentável. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996; SORRENTINO, 2002; GUIMARÃES, 1997).

Para entendermos melhor qual é o papel da Governança nesse mundo, cada vez mais interdependente e complexo, precisamos primeiro entender quais são as origens e as funções dos Sistemas de Governança. Os trabalhos e perspectivas de Oran R. Young que veremos a seguir apresentam grandes contribuições.

I.i - Oran R. Young e outros autores sobre a Governança Global

Oran R. Young é professor e codiretor do Programa sobre Governança para o Desenvolvimento Sustentável na *Bren School of Environmental Science and Management*²¹ e presidente do Comitê Científico do *International Human*

²¹ Programa de Ciência e Gerenciamento Ambiental da Universidade da Califórnia em Santa Barbara. Informações retiradas de http://www.bren.ucsb.edu/people/faculty/oran_young.htm. Acesso em 22 jan. 2011.

*Dimensions Programme on Global Environmental Change*²², patrocinado pelo Conselho Internacional de Ciências (ICSU), o Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC) e a Universidade das Nações Unidas (UNU). Para Young (1999) a Governança pode ser entendida como um sistema que tem sua origem nos regimes internacionais e nas estruturas que são criadas para a solução de problemas ambientais focando, principalmente, o papel das escolhas coletivas e das instituições sociais.

Os Regimes Internacionais surgem, geralmente, por um motivo específico em que a cooperação parece ser mais benéfica do que a imposição unilateral ou a não-cooperação. O conceito de regimes desenvolvido por John Ruggie no artigo *International Responses to technology: concepts and trends*, em 1975, diz respeito à cooperação internacional e à necessidade de criação de regras, normas, procedimentos, planos, energias organizacionais e compromissos financeiros referentes às expectativas mútuas. Stephen Krasner, em seu artigo *Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening variables*, de 1982, aprofunda o debate e sua definição se torna mais aceita na literatura sobre regimes: “conjunto, implícito ou explícito, de princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão em que as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais” (p. 3, tradução livre).

Os regimes se colocam entre as variáveis causais básicas e as consequências relativas e comportamentais, que vão além de arranjos temporários. Os princípios e normas moldam o regime, enquanto as regras e os processos decisórios fazem parte dele. Quando princípios e normas mudam, ou deixam de existir, alteram ou então permitem o surgimento de um novo regime. Se há mudanças nas regras e procedimentos, ocorre uma mudança estrutural; se essas mudanças se tornam incoerentes, então isso significa um enfraquecimento do regime (KRASNER, 1982).

Em seu livro *Governance in World Affairs*, de 1999, Oran R. Young entende que a maioria das teorias colocam os Regimes Internacionais como mecanismos criados por grupos de atores para evitar ou amenizar problemas coletivos.

²² O programa visa integrar e desenvolver pesquisas em ciências sociais relacionadas com as mudanças ambientais globais. Mais informações em <http://www.ihdp.unu.edu>. Acesso em 22 jan. 2011.

Em essência, eles geram um conjunto de regras ou prescrições comportamentais feitas para permitir que atores interdependentes evitem perdas comuns ou colham ganhos conjuntos sem ir tão longe a ponto de submeter-se a ações de uma autoridade pública do tipo que nós comumente chamamos de governo. (p. 24-25, tradução livre).

Para Young, os regimes apresentam uma importância que vai além da resolução de problemas coletivos por serem sistemas dinâmicos que exercem diferentes funções e tarefas e, principalmente pela questão de sua *eficácia*²³ que se torna difícil de ser medida por tratar de áreas e assuntos variados em arranjos institucionais diversos.

Ele argumenta que os regimes são sistemas de governança e que vão além de sua função regulatória clássica de promover regras e padrões de comportamentos como descrito por Krasner (1982). Na visão de Young (1999) os regimes são dinâmicos e podem também exercer funções procedimentais, programáticas, geradoras ou uma combinação de funções. Os *regimes procedimentais* estão relacionados com qual caminho deve ser adotado nos processos decisórios, por exemplo, o uso de maioria ou consenso nas decisões e o quanto essas decisões conseguem ser obrigatórias para os membros. Os *regimes programáticos* surgem quando "membros de um regime concordam em estabelecer e operar fundos compensatórios, criar procedimentos para implementar acordos de transferência de tecnologia ou explorar opções de implementações conjuntas visando cumprir obrigações assumidas em um regime" (YOUNG, 1999, p. 30, tradução livre). Os *regimes geradores* ocorrem quando criam práticas sociais que não existiam antes e quando geram novas ideias. A combinação dessas funções pode ocorrer com frequência, pois as divisões acima são de caráter analítico. Nada impede que um único regime exerça uma ou mais funções, até mesmo todas, mas em certos casos algumas dessas combinações não vão bem juntas:

Quando um problema é mal compreendido e um arranjo programático é criado para o exposto propósito de esclarecer quais as características fundamentais do problema, por exemplo, seria prematuro e provavelmente

²³ A questão da eficácia de um regime vai além da ideia de simples resolução de problemas comuns, pois envolve a mudança de comportamentos em resposta aos regimes.

contraproducente avançar com a articulação de uma estrutura elaborada de regras regulatórias. (*Idem*, p. 34, tradução livre).

Dessa forma, é preciso considerar o universo complexo em que se estabelecem os regimes internacionais e como eles podem mudar ao longo do tempo. Essas mudanças são difíceis de serem medidas e classificadas em uma única escala por tratarem de temas e perspectivas diferentes. Assim, as teorias nem sempre dão conta de, sozinhas, explicarem a governança e principalmente de como explicarmos o aumento de sua demanda nos últimos anos (YOUNG, 1999; DELMAS, YOUNG [org.], 2002). O construtivismo apresenta contribuições importantes, mas nem por isso essa visão esgota ou exclui outras abordagens como, por exemplo, a do Institucionalismo. A seguir veremos como os conceitos de Instituições e Normas Internacionais ajudam a entender um pouco melhor a perspectiva de Governança Global trabalhada até agora e o que podemos entender por Governança Global Ambiental.

I.ii - As Instituições e Normas Internacionais

As Instituições Internacionais, principalmente as de caráter Intergovernamental, têm sido alvo de controvérsias por suas características variadas. Elas são um componente importante para a execução e formação de sistemas de governança. Podem ser vistas como utilitárias a um determinado interesse ou fim, como para a manutenção do *status* e hegemonia de um grupo de interesse, como uma arena de debates e negociações multilaterais e até mesmo como atores capazes de criar regras, normas e procedimentos. Podem tanto ser objetos da escolha estratégica como usadas para constranger o comportamento dos atores (MARTIN, SIMMONS, 1998; 2001). De acordo com Andrew Hurrell (2003) as Instituições podem moldar e não apenas refletir comunidades de interesse, embora tenham, geralmente, por trás uma lógica instrumental e funcional.

O Institucionalismo tem uma variedade de questionamentos e de métodos. Dependendo da visão que é adotada, a importância e o papel das Organizações

Internacionais (OIs) mudam. O livro *International Institutions: an International Organization reader*, editado por Lisa L. Martin e Beth A. Simmons (2001), trata de uma compilação de artigos sobre a diversidade das abordagens das Instituições Internacionais desde 1986. Em seu prefácio é feita uma pergunta sobre a distinção entre instituições, regimes e organizações. As autoras declaram que em alguns casos não há distinção entre elas, mas que tal distinção é necessária ao afirmarem que instituições internacionais e regimes referem-se ao:

... conjunto de regras e normas dentro de uma área temática particular; logo organizações de proposições-gerais como a ONU não seria considerada como regime. Ao invés, organizações como a ONU englobam um número de regimes temáticos específicos, como dos voltados à manutenção da paz, desenvolvimento e temas ambientais. As Organizações Internacionais (OIs) são a personificação formal das instituições e regimes. (MARTIN, SIMMONS, 2001, tradução livre).

No artigo de Nicholas Onuf *Institutions, intentions and international relations*, de 2002, o autor busca fazer um levantamento das teorias existentes sobre as Instituições, quais os principais enfoques e autores para entendermos melhor suas funções e importância. Para ele, as teorias envolvendo as Instituições devem levar em conta a participação, interesses e propósitos da sociedade como um todo. Isso inclui pensar o Estado e sua participação, o desenho institucional²⁴ e as regras e procedimentos envolvidos. Volker Rittberger e Bernhard Zangl (2006) definem as Instituições Internacionais como sendo compostas pelos Regimes e OIs, e também que dizem respeito a padrões de comportamento, normas e regras, mas os regimes são mais específicos em suas áreas e temas, enquanto as OIs podem transcender a fronteira de seus assuntos.

A criação de uma Organização Internacional pode ter implicações sociais, políticas e econômicas, também possuem aspectos simbólicos, ideológicos, que ajudam a definir a função, objetivos e o grau de autonomia política, orçamentária e de atuação (local, regional, internacional, global). Essas diferentes funções, práticas, objetivos, hierarquias, orçamentos e formas de tomada de decisões (votação

²⁴ Para Alexander Wendt (2001) o desenho institucional pode ter significados diferentes, dependendo da abordagem teórica. Podem dizer respeito tanto ao racionalismo e os interesses na “resolução de problemas coletivos”, como escolhas normativas. O impacto e o entendimento desse debate são influenciados pela dinâmica entre desenho e ‘designers’, sua história, intenções e escolhas. As normas e Instituições devem ir além da funcionalidade e instrumentalidade.

simples, majoritária, qualitativa) e atuação são definidos através de seus tratados constitutivos.

Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIGs) são criadas por Estados para gerenciar problemas internacionais, providenciar um fórum para processos decisórios coletivos e serem responsáveis pelo gerenciamento e implementação de políticas globais, incluindo a alocação de empréstimos e ajudas financeiras internacionais. Elas são chamadas de organizações *intergovernamentais* por serem estabelecidas e representam os interesses coletivos dos governos que as fundaram e que as compõem como membros. (O'NEAL, 2009, p. 53, tradução livre).

A UNESCO, o PNUMA, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), assim como outras Instituições, são exemplos da diversidade encontrada dentro do Sistema ONU, elas acabam sendo integradas nesse amplo Sistema, pois seus objetivos e potenciais de ação convergem em um ponto: a busca, manutenção e estabelecimento da paz. Essa variedade institucional torna essa estrutura única e permite que suas ações tenham um alcance global em universo e arcabouço temático abrangente.

A forma de organização e institucionalização burocrática não significa uma estrutura rígida, consolidada e padronizada. Assim a nomenclatura de uma organização pode não corresponder a seu grau de autonomia, participação e importância na política e ordem internacional. O caso do PNUMA é um exemplo do reconhecimento da sua importância política, principalmente após a CNUMAD em 1992, o que não alterou sua nomenclatura ou posição dentro do Sistema das Nações Unidas, mas contribuiu com um aumento orçamentário e certa autonomia política.

Além do aspecto burocrático as OIs podem adquirir autonomia e legitimidade devido ao sucesso de suas ações e da capacidade para exercer autoridade e poder de três maneiras: 1) classificando o mundo e criando categorias para atores e ações; 2) estabelecendo significados no mundo social; e 3) articulando e difundindo novas normas, princípios e atores (BARNETT, FINNEMORE, 1999). Essas formas de autoridade derivam da habilidade das OIs para estruturar, divulgar e até controlar informações e conhecimentos científicos capazes de mudar a forma como o mundo pode ser percebido e quais ações, costumes e práticas devem ou não ser adotados.

As Normas são componentes essenciais para as análises de Instituições e, principalmente, dos Regimes. Para Finnemore e Sikkink (1998) elas podem ser vistas como padrões de comportamento apropriado para atores que compartilhem uma identidade e devem ser vistas a partir de sua origem histórica, pelas relações em âmbito doméstico e internacional e quando as normas se tornam agentes de estabilidade ou de mudanças. A adoção e sucesso de uma regra ou norma dependem da aceitação, comprometimento e interesse das partes envolvidas. Não basta serem apenas formalizadas burocraticamente. Os costumes e as tradições são fatores que podem legitimar e transformar uma norma em senso comum.

As normas e Instituições fazem parte de um processo dinâmico, em que diversos interesses e expectativas estão em jogo, nem sempre de forma convergente. Elas surgem através de negociações e contratos em um processo de interação social, "ao invés de serem simplesmente 'dadas' pela sociedade ao qual atores individuais ou grupos pertencem." (HURRELL, 2007, p. 14, tradução livre). Uma evolução normativa segundo esse pensamento pode ser fruto de uma maior integração, que pode levar a uma maior justiça econômica global e a uma maior solidariedade internacional. Mas ainda assim há uma enorme diversidade, desigualdade e deformidade nas instituições e sociedade internacionais que dificultam visões e valores compartilhados sem algum tipo de conflito.

As Normas e as Instituições têm diferenças conceituais e teóricas, ambas relacionadas com comportamento: a "definição de normas isola padrões de comportamento, as instituições enfatizam o modo em que as regras comportamentais e a estrutura se inter-relacionam ('conjunto de práticas e regras')." (FINNEMORE, SIKKINK, 1998, p. 891, tradução livre).

Para Singh (2011) a UNESCO pode ser entendida através de sua tendência normativa, em que a formação de padrões normativos "geralmente carregam um senso do que é o justo, o bom e o ético. A UNESCO é explícita nessa missão de dar forma a normas éticas e justas" (p. 2). A importância da UNESCO no debate sobre Governança Ambiental pode ser definido pelas "funções da governança", proposto por Daniel C. Esty e Maria H. Ivanova (2005). Para esses autores, a função da governança é dividida em três processos: 1) busca de informações, estudos e análises constantes, confiáveis e acessíveis; 2) criar espaço político e de barganha e negociações e 3) propor e implementar mecanismos de ação compartilhados entre

os Estados. James Gustave Speth e Peter M. Haas (2006) trabalham a questão da governança ambiental, a importância das Instituições Internacionais e outros atores necessários para o sucesso de convenções ou protocolos e processos ambientais que podem ser separados em quatro estágios: 1) identificação de problemas, checagem de fatos e estabelecimento de agendas; 2) negociação, barganhas e acordos sobre quais ações tomar; 3) adoção formal e 4) implementação, monitoramento, expansão, avaliação e fortalecimento.

As propostas acima apresentam muitas semelhanças, basicamente podemos dizer que as principais funções da Governança se dividem em: 1) a busca de informação; 2) espaço de negociação e cooperação; 3) criar mecanismos para implementação, coordenação e administração e 4) monitorar as ações e iniciativas. Há diversas propostas e questionamentos sobre o papel das Instituições, dos Estados e de outros atores nesses processos, pois eles envolvem a vontade política, a mobilização, participação, entre outros fatores que mostram a complexidade de se estabelecer um Sistema de Governança eficaz e permanente. Um exemplo disso está em decidir quem é responsável por cada função (administração, financiamento, elaboração, etc.), pois isso é resultado de um processo dinâmico e que pode mudar ao longo do tempo.

Os estudos e propostas acima convergem sobre uma questão fundamental que é a do comportamento e como as mudanças ao longo do tempo são influenciadas e influenciam os processos de Governança Global. As Instituições, os Regimes e as Normas são partes integrantes e complementares dos Sistemas de Governança. Oran R. Young (1999, 2002) demonstra em seus trabalhos que há um aumento da demanda por sistemas de governança. Embora seu trabalho seja focado no papel da sociedade civil como um ator que vem ganhando mais espaço nos sistemas de Governança Ambiental, os Estados ainda têm grande importância nos processos decisórios e as Instituições Intergovernamentais são as principais estruturas do Sistema Internacional. Por isso a importância em analisar uma Instituição Internacional como a UNESCO para tentar entender melhor a Governança Global Ambiental (GGA).

A GGA entende que os processos decisórios coletivos envolvendo questões ambientais não dizem respeito apenas aos problemas transnacionais ou fatores de preocupações, riscos e perigos. Essa perspectiva também pode ajudar na

administração ambientalmente sustentável e no compartilhamento justo dos bens e patrimônios mundiais como, por exemplo, os recursos genéticos, da biodiversidade ou a água, que são tanto locais e regionais, quanto globais. A sobrevivência e o bem-estar da humanidade dependem cada vez mais de como esses bens serão administrados. Isso significa que é preciso ampliar a confiança entre os atores interessados e envolvidos com esses recursos com processos decisórios amplos, transparentes e através da participação e mobilização da sociedade buscando o entendimento, a cooperação e a solidariedade. A expansão e divulgação de dados, informações e do conhecimento científico se tornam cada vez mais importante para os processos decisórios coletivos.

A UNESCO tem a capacidade para agir em prol da GGA de forma significativa e deve ser considerada com mais atenção. Não apenas como fomentadora e difusora de estudos, informações, monitoramento e análises, mas também como mecanismo e instituição voltada para o diálogo, cooperação e ação. A busca de uma base comum de entendimento e o compartilhamento de conhecimentos e saberes nos processos de GGA podem facilitar e ampliar os processos decisórios coletivos pautados pela ética, democracia, justiça e solidariedade. No próximo capítulo focaremos mais a formação e histórico da UNESCO e a importância da sua atuação na Bacia Amazônica. Tentaremos demonstrar como a Instituição e suas ações, visões e projetos para a região pautados na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável podem contribuir para a GGA.

CAPÍTULO II – A UNESCO E O DEBATE AMBIENTAL

O desenvolvimento tecnológico possibilitou uma maior acessibilidade e abrangência na divulgação de informações, notícias e pensamentos, permitindo o contato entre diferentes pontos do globo em questão de segundos. Isso não significa que a confiabilidade dos dados tenha aumentado, pois a possibilidade de qualquer pessoa publicar qualquer coisa também aumentou. É preciso uma cultura para a informação que seja capaz de diferenciar e analisar de forma crítica e reflexiva as informações recebidas (SOUZA SANTOS, 2003). Além disso, nem todos possuem acesso aos recursos e informações disponíveis.

Pensar o mundo cada vez mais interconectado e interdependente requer pensar melhor como e de que forma vivemos. Um mundo que praticamente não existia há pouco mais de um século com uma forma e uma dinâmica do Sistema Internacional atual. Um dos motivos que levaram à expansão das Instituições Internacionais foi o aumento da interatividade e interdependência de diferentes povos e culturas, algumas dessas instituições surgem justamente como uma forma de pensar o mundo de forma mais integrada e com as preocupações geradas por essa maior interação.

A UNESCO foi criada a partir da assinatura do Tratado de Londres, em 16 de novembro de 1945, por 37 países, e entra em vigor após vinte países ratificarem sua Constituição em 04 de novembro de 1946 (UNESCO, 1969; 1995; 2010a). O principal objetivo da organização é a busca pela paz e pela segurança através da mente dos homens, como já mencionamos. Em alguns aspectos ela reflete um tipo de humanismo científico, que pode ser vinculado ao pensamento iluminista idealista e fundamentado na busca de conhecimentos e saberes para um mundo melhor (SINGH, 2011).

A UNESCO é parte do Sistema das Nações Unidas e se pauta como uma organização voltada para a cultura de paz e para a cooperação e desenvolvimento mais justo e igualitário através da educação, ciência e cultura. Entendendo a si própria como organização “chave para o futuro”, que se propõe a criar condições para um diálogo verdadeiro, baseado no respeito mútuo e por valores compartilhados, na busca pela colaboração entre as nações e a dignidade de cada

civilização e cultura (UNESCO, 1969; 2003; 2010b). Isso diminuiria a desconfiança e as preocupações dos contatos entre diferentes povos, pois o desconhecimento seria uma das principais causas da guerra (UNESCO, 2010 a). A missão da Instituição pode ser encontrada em vários trabalhos e declarações como a que está presente nas *Estratégias de Meio-Termo (2008-2013)*:

Como uma agência especializada das Nações Unidas, a UNESCO contribui para a construção da paz, a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural através da educação, das ciências, da cultura, da comunicação e informação. (UNESCO, 2008, p. 7, tradução livre).

A busca pelo conhecimento e respeito entre todos os povos seria uma forma de remover ou pelo menos diminuir suspeitas, desconfianças e inseguranças e trazer um espírito maior de cooperação e solidariedade entre os homens. Por isso, tentar criar uma organização que fosse voltada para tais fins, ocorreu mesmo antes do término da Segunda Guerra Mundial²⁵. Precisamos entender melhor como a UNESCO foi estruturada e como é o seu funcionamento, quais são as suas formas de atuação e posicionamento no Sistema Internacional.

II.i - A estrutura burocrática da UNESCO

A UNESCO é uma Organização Internacional de alcance supranacional, composta atualmente por 193 Estados-Membros e seis Membros associados, com sua sede em Paris. Seus membros se reúnem, de dois em dois anos, em sua Conferência Geral para discutir e deliberar temas pertinentes ao seu mandato, cada país tem direito a um voto para aprovar os projetos e orçamentos da Organização. A cada quatro anos escolhem o Diretor-Geral, baseada na indicação do Conselho Executivo, em 2009, a búlgara Irina Bokova assumiu como diretora, substituindo o

²⁵ Os principais antecessores da UNESCO foram o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), Genebra 1922-1946; o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), Paris 1925-1946; e a Agência Internacional de Educação (IBE), Genebra 1925- 1968, que desde 1969 é parte do Secretariado da UNESCO, mas com estatuto próprio (UNESCO, 1995).

japonês Koichiro Matsuura, que esteve à frente da Instituição desde 1999. Seu Conselho Executivo é formado por 58 membros que se reúnem de dois em dois anos para garantir que as decisões tomadas pela Conferência estão sendo implementadas, ficando também responsável por preparar os trabalhos apresentados na Conferência Geral e examinar os programas e orçamentos. O Secretariado, que consiste no Diretor-Geral e sua equipe, é responsável pela formulação e implementação de propostas e projetos apresentados na Conferência, além de um rascunho bienal sobre os programas e orçamentos. A UNESCO é base para diversas ações e debates envolvendo a questão ambiental, através de vários programas intergovernamentais e convenções internacionais nas áreas de bioética, educação científica, saúde, formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia, recursos hidrológicos, educação ambiental, Reserva da Biosfera e Sítios de Patrimônio Cultural, Histórico e Natural.

Ela se divide em cinco núcleos principais de ação: 1) Educação; 2) Ciências Naturais; 3) Ciências Sociais e Humanas; 4) Cultura e 5) Comunicação e Informação. Também conta com diversos temas especiais, que vão além de um único núcleo ou área de estudo como, por exemplo, os trabalhos envolvendo as Mudanças Climáticas, o HIV e AIDS, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável e muitas outras. A sua agenda pode sofrer uma variação de acordo com a temática ou o setor em que o programa se encontra. Os recursos naturais e o desenvolvimento sustentável são questões geralmente trabalhadas no núcleo de Ciências Naturais da Instituição (SINGH, 2011).

Desde a sua criação, a UNESCO teve algumas dificuldades e casos curiosos como os ocorridos durante a década de 1980 com a saída dos Estados Unidos em 1984 e Reino Unido em 1985, que foram membros fundadores, alegando motivos e atuação “política” excessiva da Organização. A importância financeira destes países, além de Singapura, que também se retirou em 1985, chegava a quase 30% do total do orçamento da UNESCO²⁶; uma das maiores contribuições individuais entre os países-membros na época era dos Estados Unidos, com isso a UNESCO perde não apenas o apoio financeiro como também importantes apoios políticos e diplomáticos de Estados com grandes recursos e influências no cenário

²⁶ Disponível em: http://portal.unesco.org/en/files/6448/10330376130contributions_of_member_states.pdf/contributions%2Bof%2Bmember%2Bstates.pdf. Acesso em 20 mai. 2009.

internacional. Esses países começaram a retornar como membros da UNESCO só a partir de 1997, com o Reino Unido, os Estados Unidos voltam a fazer parte da organização apenas em 2003 e Singapura, mais recentemente ainda, em 2007. A importância da UNESCO é ampla e o retorno desses Estados-membros, além da permanência e manutenção dos outros membros e associados, pode ser indicativo de como essa Organização alcançou grande reconhecimento e status ao longo de sua existência.

Aliado a esses fatores podemos notar como é difícil manter uma Instituição tão complexa. Do orçamento disponível, atualmente de mais de US\$ 650 milhões (biênio 2010-2011), mais da metade vai para a manutenção de pessoal. Isso pode demonstrar um pouco o tamanho da estrutura burocrática que a UNESCO conseguiu ao longo do tempo. Sem deixar de considerar que suas ações e projetos divididos entre os cinco grandes núcleos e espalhados em quase todo o mundo (UNESCO, 2010 d; SINGH, 2011).

O caráter multidisciplinar da UNESCO e seu amplo espaço de atuação a tornaram um diferencial em vários aspectos, principalmente pela sua atuação em parcerias, seja com outras Instituições da própria ONU, ou com ONGs, empresas, universidades e governos. Os programas ambientais da UNESCO podem ser enquadrados nessas características graças ao entendimento de que a própria questão ambiental é multidisciplinar e requer uma visão de mundo diferenciada, na qual a prioridade é o bem-estar coletivo, a igualdade de oportunidades e direitos, a sustentabilidade ambiental e ecológica e conta com a participação e voz da maioria para o sucesso das iniciativas (UNESCO, 2002; 2005 a; 2008).

Suas ações, como outras Organizações do Sistema das Nações Unidas, estão também voltadas a alcançar as Metas (ou Objetivos) do Milênio, que consistem em oito pontos principais para a agenda internacional: 1) *erradicar a extrema pobreza e a fome*; 2) *atingir o ensino básico universal*; 3) *promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres*; 4) *reduzir a mortalidade infantil*; 5) *melhorar a saúde materna*; 6) *combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças*; 7) *garantir a sustentabilidade ambiental* e 8) *estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento*.²⁷

²⁷ A UNESCO contribui em cada Meta através de seu campo de competência: educação, ciência, cultura, comunicação e informação, através de uma política multissetorial (LE SAUX, 2002). Os

Podemos notar iniciativas nas quais a UNESCO tem participação em quase todos os pontos dos Objetivos do Milênio, algumas com mais ou menos incidência. A UNESCO tem aumentado sua contribuição em relação ao sétimo objetivo, principalmente com a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS). Mas ao longo de sua história existiram várias iniciativas relacionadas a questões ambientais, podemos citar como exemplo a Conferência Intergovernamental de Especialistas em 1968 na cidade de Paris, como um sucesso considerável no cenário internacional e que contribuiu para a institucionalização e internacionalização do debate. A Conferência foi organizada pela UNESCO em parceria com outras Instituições e ficou conhecida como a *Conferência da Biosfera*, com a intenção de discutir "as bases científicas para o uso racional e conservação dos usos da biosfera" (UNESCO, 1993, p. 4). Foi essa Conferência que deu origem ao Programa Homem e a Biosfera (MaB), da UNESCO, que serviu de marco para o programa de incentivo à criação de Reservas Ambientais e de Patrimônio da Humanidade.

O MaB foi criada, em 1971, pela UNESCO, com o objetivo de promover "pesquisa, treinamento e informação no campo da conservação de ecossistemas e uso racional de recursos naturais."²⁸ (UNESCO, 2010c, p. 1). Proposta presente em diversas outras iniciativas da UNESCO, relacionadas direta e indiretamente com a Amazônia, como a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, que buscou, através de comitês e instituições associadas, nomear lugares, hábitat, monumentos, conjuntos, locais de interesse, entre outros a fim de protegê-los e preservá-los.

Outro exemplo é o Programa Hidrológico Internacional (PHI) criado, em 1975, por influência na Década Hidrológica Internacional de 1965 a 1974. Inicialmente

Objetivos do Milênio são parte da Declaração do Milênio, resultado da Cúpula do Milênio, em Setembro de 2000. Mais informações disponíveis em: <http://www.un.org/millenniumgoals>.

28 "O Programa MaB é adequado para responder aos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), de 1992, e especialmente aos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica. Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres e de costas marinhas que são internacionalmente reconhecidas sobre o Programa MaB. Reservas da Biosfera são muito mais do que apenas áreas protegidas, elas são designadas a promover e demonstrar uma relação balanceada entre pessoas e natureza. Elas são nomeadas por governos nacionais e se mantêm sobre jurisdição soberana do Estado em que está situada. Reservas da Biosfera formam uma Rede Mundial para promover pesquisas e monitoramento de forma cooperativa, assim como trocas de informação" (UNESCO, 2010c, p. 1, tradução livre)

criado para pensar a gestão racional da água, hoje conta com uma estrutura formada por um Conselho Intergovernamental do PHI, composta por 36 Estados-Membros eleitos a cada quatro anos pela Conferência Geral da UNESCO e um Secretariado com seis membros, que representam cada uma das regiões eleitorais da UNESCO²⁹. O Programa se divide em vários programas e temas que dizem respeito à gestão e governança da água, desenvolvimento e estímulo de conhecimentos científicos e técnicos através da educação e capacitação para o desenvolvimento sustentável. Para a execução desses objetivos ela conta com parcerias de governos e universidades para a formação de Centros da Água e Cátedras. Além disso, originou novos programas como o Programa de Avaliação de Recursos Hídricos (WWAP) criado, em 2000, para monitoramento da água doce e fomentação de estudos, propostas e recomendações sobre o tema. Também foi graças a essas iniciativas que criou-se, em 2003, um programa de pós-graduação: o Instituto para Educação da Água (UNESCO-IHE), em Delfi, na Holanda.

Essas iniciativas foram capazes de influenciar e serem influenciadas pela Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) de forma direta ou indireta, mas não sabemos até que ponto. O que podemos dizer é que a DEDS é uma das ações que vem ganhando espaço e destaque, sendo integrada a diversos outros projetos e iniciativas da UNESCO, como os acima mencionados que são mais focados na área de Ciências Naturais. Também está presente em outras iniciativas como o Programa Educação para Todos (EFA)³⁰, um dos principais programas da UNESCO na área de Educação. Em seguida vamos trabalhar brevemente as ações da UNESCO nos países da Bacia Amazônica e como os projetos da DEDS estão se desenvolvendo, focando os resultados divulgados na Conferência de Bonn, em 2009, que marcou metade dos trabalhos da Década. Para entendermos melhor a atuação da UNESCO, vamos analisar o histórico de atuação da Instituição, principalmente na Bacia Amazônica.

²⁹ Disponível em: <http://typo38.unesco.org/en/council-and-bureau.html#bureau> . Acesso em 12 jan. 2011.

³⁰ O Programa Educação para Todos ou *Education for All* (EFA) tem sua origem após a Conferência da Tailândia em 1990. O objetivo principal do programa é proporcionar educação básica para todas as crianças e diminuir as taxas de analfabetismo ao fim de uma década, longe de atingir tal objetivo no Fórum de Dacar em 2000 o Programa se estendeu até 2015 e a Sustentabilidade Ambiental ganha mais destaque. Mais informações em: <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/leading-the-international-agenda/education-for-all> . Acesso em 04 fev. 2011.

II.i - A UNESCO e a Bacia Amazônica

Na região amazônica temos a presença de diversas Instituições Internacionais, agências governamentais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de empresas, grupos de interesses e pesquisas, centros acadêmicos e indivíduos de todas as partes do mundo interessados nas riquezas naturais, conhecimentos e saberes existentes na mítica Bacia Amazônica. Isso torna a região extremamente complexa e buscar entender um pouco melhor a atuação da UNESCO na região, pode nos ajudar a compreender sua importância e representação para ações que envolvem as questões ambientais e a América Latina.

A UNESCO pode ser de grande ajuda para entender a história, o desenvolvimento e o reconhecimento sobre a importância da região amazônica. A presença da UNESCO na região da Bacia Amazônica remete, logo ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, à proposta da criação de um Instituto Internacional para a Hiléia Amazônica (IIHA), em que se buscava a cooperação científica para melhor entender a região. A Conferência de Iquitos, em 1948, estabeleceu a sede a IIHA em Manaus, no Brasil, e um orçamento de U\$ 300.000 para o primeiro ano:

O Brasil foi responsável por 150.000 dólares, Colômbia e Peru \$40.000 cada, Venezuela \$25.000, França \$15.000, Bolívia, \$9.000 e Equador e Holanda \$5.000 cada. Ao fim da Conferência de Iquitos, o governo brasileiro providenciou transporte aéreo de Iquitos à Manaus para o primeiro encontro da Comissão Interina da IIHA, que durou cinco dias de 13 maio a 17 de maio. (UNESCO, 1948, p. 2, tradução livre).

A IIHA sofreu uma série de restrições e foi até mesmo barrada pelo Congresso Nacional Brasileiro, mesmo que o Brasil fosse um dos articuladores do projeto em 1946, pois o crescente nacionalismo da década de 1950 via a Instituição como uma ameaça de interferência científica, econômica e política de estrangeiros, principalmente europeus e estadunidenses na região amazônica. (MAIO, SÁ, 2000; ANTIQUERA, 2006). Mesmo com o fracasso da IIHA, ela foi um marco importante na região, pois a partir de então iniciativas de cooperação entre os países pertencentes

à Bacia Amazônica excluem sistematicamente de seus processos decisórios os países de origem europeia, e também os EUA e todos os países não-amazônicos.

De certa forma, a IIHA gerou traumas nas iniciativas de cooperação científica da região através da UNESCO, inclusive durante a criação da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), estabelecida em 1987. Foi uma proposta feita pelo Prof. Armando Dias Mendes³¹, através de sugestão do então diretor do Centro Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRESALC) da UNESCO, Juan Carlos Tedesco. Essa iniciativa só obteve sucesso graças a garantias de que não haveria influências externas, e sim a cooperação de todos os países amazônicos, incluindo Suriname e a Guiana (excluindo-se a Guiana Francesa) e respeitando os princípios de liberdade, autonomia, unicidade, individualidade, espontaneidade, *amazoneidade* e continentalidade.

Claro que iniciativas anteriores como o MaB, o Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) firmado em 1978 e também o apoio financeiro da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), desde o seu início, foram essenciais para o sucesso da UNAMAZ. Outro fato que propiciou sua criação foi o de ser uma iniciativa de cooperação e integração de redes universitárias, que conseguiu reunir 68 Institutos de Educação Superior de oito países amazônicos (DIAS, 2002).

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas ao analisarmos a questão das Reservas, podemos argumentar que há um crescimento na aceitação e inserção das Instituições Internacionais em anos recentes, já que houve um aumento expressivo na criação do número de Reservas da Biosfera a partir do ano 2000 em relação aos anos anteriores. Na região Amazônica foram criadas cinco novas reservas após 2000. Afinal, essas reservas dependem da vontade política e comprometimento de cada país, a UNESCO faz estudos, propõe sugestões e oferece suporte técnico, mas cabe a cada país a manutenção, proteção e o cuidado das reservas. Ao analisarmos as Reservas da Biosfera, que existem ao redor do

³¹ “O paraense Armando Dias Mendes tem uma vida acadêmica de destaque. Foi professor titular e pró-reitor da Universidade Federal do Pará e professor colaborador da UNB. Presidiu o banco da Amazônia, foi secretário geral do MEC e Membro do Conselho Federal da Educação onde foi relator do currículo mínimo de graduação em Economia, vigente entre 1984 e 2005. Foi também consultor da UNESCO e do PNUD; dirigiu a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia; ANPEC e presidiu a AELP; Associação dos Economistas de Língua Portuguesa.” Retirado de: http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=216. Acesso em 12 ago. 2010.

globo, nota-se que 109 das mais de 560 reservas existentes estão localizadas na região da América Latina e Caribe, espalhadas por 19 países. Dos países da região da Bacia Amazônica, seis deles possuem 24 reservas (Tabela I), das quais apenas 11 se concentram em parte ou ao todo na região amazônica:

- *Reserva da Biosfera Manu, Peru, criada em 1977*
- *Biosfera Pilon-Lajas, Bolívia, criada em 1977*
- *Reserva da Biosfera El Tuparro, Colômbia, criada em 1979*
- *Reserva da Biosfera Beni, Bolívia, criada em 1986*
- *Reserva da Biosfera Yasuni, Equador, criada em 1989*
- *Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Casiquiare, Venezuela, criada em 1993*
- *Reserva da Biosfera Sumaco, Equador, criada em 2000*
- *Reserva da Biosfera Amazônia Central, Brasil, criada em 2001*
- *Reserva da Biosfera Podocarpus El Condor, Equador criada em 2007*
- *Biosfera Delta del Orinoco, Venezuela, criada em 2009*
- *Reserva da Biosfera Oxapampa-Ashaninka-Yanesha, Peru, criada em 2010*

Tabela I. Reservas da Biosfera nos Países Amazônicos.³²

BOL	BOLIVIA/ BOLIVE/ BOLÍVIA		
1	Pilón-Lajas	1977	
2	Ulla Ulla	1977	
3	Beni	1986	
BRA	BRAZIL/ BRÉSIL/ BRASIL		
1	Mata Atlântica (incluindo Cinturão Verde Paulista)	1993	Extensão em 2002
2	Cerrado	1993	Extensão em 2000/01
3	Pantanal	2000	
4	Caatinga	2001	
5	Amazônia Central	2001	
6	Cadeia (Serra) do Espinhaço	2005	
COL	COLOMBIA/ COLOMIE/ COLÔMBIA		
1	Cinturão Andino	1979	
2	El Tuparro	1979	
3	Serra Nevada de Santa Marta	1979	
4	Ciénaga Grande de Santa Maria	2000	
5	Seaflower	2000	
ECU	ECUADOR/ EQUATEUR/ EQUADOR		
1	Arquipélago de Colón (Galápagos)	1984	
2	Yasuni	1989	
3	Sumaco	2000	Extensão em 2002
4	Podocarpus-El Condor	2007	
PER	PERÚ/ PEROU/ PERU		
1	Huascarã	1977	
2	Manu	1977	
3	Noroeste	1977	
4	Oxapampa-Ashaninka-Yanesha	2010	
VEN	VENEZUELA		
1	Alto Orinoco-Casiquiare	1993	
2	Delta do Orinoco	2009	

FONTE: UNESCO, 2010c (Adaptada, tradução livre)

³² A tabela foi retirada e adaptada do último relatório divulgado pelo Programa o Homem e a Biosfera, da UNESCO, publicado em junho de 2010. Embora Suriname e Guiana façam parte dos países amazônicos, eles não possuem reservas. (UNESCO, 2010c).

A ideia de uma integração visando a Sustentabilidade Ambiental parece só ter condições favoráveis quando se mudam as percepções e o sentido de urgência sobre os problemas. Enquanto a questão ambiental não for tratada de forma sistêmica, integrada como parte do problema e também da solução aos problemas já mencionados será difícil que as propostas apresentadas de forma específica e superficial tenham chances de sucesso, implementação e ampliação, nem que se mantenham ao longo prazo. Muitos dos problemas que são dos países amazônicos são comuns à América Latina como um todo: pobreza, baixos níveis de educação e saúde, desemprego e violência, entre outros. Esses e outros fatores prejudicam ações e debates ambientais mais aprofundados e abrangentes, pois os problemas e bens ambientais ainda são muitas vezes vistos de uma forma isolada, técnica e fragmentada.

Com isso podemos argumentar que, apesar dos destaques e importância que a região amazônica tem nos estudos, debates e discursos ambientais, as ações internacionais em prol da Sustentabilidade na região, pelo menos aquelas vistas até agora, ainda são muito incipientes, pois dependem também do contexto interno de cada país. As ações da UNESCO estão seguindo o padrão de muitas outras Instituições voltadas à região que apresentam dificuldades em se inserir e debater a região de forma integrada. Isso não é condição apenas das questões ambientais, notamos as dificuldades na própria questão da integração regional, principalmente pela infraestrutura pouco desenvolvida, os problemas de gestão compartilhada de recursos, a falta de consenso e cooperação em iniciativas para a segurança, contra o tráfico de drogas, armas e pessoas são indícios da dificuldade em se trabalhar não apenas a região da Bacia Amazônica, mas a América Latina como um todo (v. AMAYO, 1993; 2007; ANTIQUERA, 2006; DOUROJEANNI, *et al.*, 2009).

A seguir vamos analisar as ações que estão sendo desenvolvidas pela DEDS, e de que forma elas podem contribuir para o debate até aqui exposto. Focaremos as análises nos relatórios e publicações obtidos na Conferência de Bonn, de 2009, em que se analisou metade da década do projeto.

II.ii - A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)

De acordo com o capítulo 36 da Agenda 21:

O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais apareceram em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento. (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992/1996).

O objetivo da DEDS tem o “futuro sustentável” como centro do esforço comum para integrar sociedade, economia, meio ambiente e cultura através dos vários atores dos diversos níveis (local, nacional, regional, global) tanto nos setores públicos como privados (UNESCO, 2005a/ 2005b). A UNESCO foi escolhida para liderar as ações da Década e para elaborar um plano de implementação e coordenar as ações em EDS:

Os aspectos humanos e sociais do desenvolvimento sustentável significavam que solidariedade, igualdade, parceria e cooperação eram tão fundamentais para a proteção do meio ambiente quanto às abordagens científicas. Além de reafirmar os objetivos educacionais dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do Marco de Ação de Dacar do Programa de Educação para Todos, a Conferência propôs a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável como uma maneira de sinalizar que educação e aprendizagem encontram-se no centro das abordagens para o desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2005a).³³

³³ “No Fórum sobre Educação Mundial, realizado em Dacar, Senegal, em abril de 2000, a comunidade mundial reafirmou a crença na Declaração Mundial sobre Educação para Todos adotada, em 1990, em Jomtien, Tailândia, e expressou seu compromisso em alcançar os objetivos e metas para todo cidadão e todas as sociedades apresentados no Programa Educação para Todos. Coerente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o Fórum sobre Educação Mundial reconheceu que a educação é um direito humano fundamental e fator decisivo para o desenvolvimento sustentável, para a paz e estabilidade, para o crescimento socioeconômico e para a construção de uma Nação” (UNESCO, 2005a).

Nesse processo, um fator interessante dos debates foi que a UNESCO buscou diferenciar a EDS, como uma visão interdisciplinar e holística, através de valores direcionados comuns, que favoreçam o pensamento crítico, recorrendo a múltiplos métodos, que seja participativa e localmente relevante. Isso para fazer frente ao termo Educação Ambiental (EA) que é uma disciplina já estabelecida na relação entre homem e natureza e parte do desenvolvimento sustentável³⁴ (UNESCO, 2005a; SAUVÉ, 1997).

Como já vimos ao longo do texto o processo decisório em âmbito internacional pode se beneficiar dessa visão de Sustentabilidade Ambiental através das propostas de um novo imperativo ético baseado na igualdade, democracia, participação, solidariedade e transparência. Isso é uma tarefa complexa que envolve uma série de questionamentos, a começar por quem define e o que é definido por esses conceitos. Estamos preparados para uma nova visão de mundo proposta pela EDS? Somos capazes de um mundo melhor, mais justo e ambientalmente sustentável? Como faremos isso?

Essas e outras questões ainda estão longe de ser respondidas, pois é um processo em constante construção e adaptação. Enquanto não encontrarmos as bases comuns para um diálogo permanente, e estruturas sólidas e eficazes para processos decisórios coletivos, as propostas acima dificilmente passarão de um discurso ou de um pensamento que beira o utópico. Integrar diferentes sociedades em uma comunidade global parece estar longe, mas é um movimento crescente e que vem ampliando suas propostas e buscando mecanismos de gestão coletiva. Pensar a GGA como uma forma de capacitar, manter contatos, informar e coordenar grupos de interesses internos (governos, ONGs locais, empresas e universidades)

³⁴ Para Sauvé (1997) existem diversos enfoques sobre o Desenvolvimento, por exemplo, o desenvolvimento alternativo que “é percebido como um conceito perigoso, que não suporta a nossa análise. Ele sanciona o status quo (negócios como sempre) do lucro sustentável e, portanto, não pode permitir uma reforma radical das relações dos seres humanos e da Natureza-Terra (Nozick, 1992) [...]. A sustentabilidade é apenas uma e não a primeira de muitos aspectos do desenvolvimento alternativo.”

“As teorias da EA expressas pelas ONGs na “Carta da EA para sociedades sustentáveis e de responsabilidade global”(Earth Concil, 1993) relacionam-se com essa concepção do desenvolvimento [...] A emergência de uma nova ética universal é enfatizada, e requer um “respeito a todas as formas de vida”. Os temas principais são a solidariedade, a liberdade, a transformação social profunda, o questionamento da dominação sócio-econômica e os modelos de desenvolvimento impostos, etc. O objetivo máximo da educação é o desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa e responsável” (SAUVÉ, 1997).

com as estruturas externas (Instituições Internacionais e Intergovernamentais) pode ser um passo para o sucesso da DEEDS.

Os Centros Regionais de *Expertises* em EDS (RCEs) são um bom exemplo de como as parcerias são importantes nas ações envolvendo a DEEDS. Os RCEs são formados através de parcerias com universidades ao redor do mundo, a Universidade das Nações Unidas (UNU), a UNESCO e interessados³⁵. A intenção desses centros é contribuir para expandir o conhecimento e incentivar iniciativas ligadas a EDS em todas as áreas. Eles foram pensados como uma rede para fortalecer as ações em EDS entre atores locais e regionais (UNU, on-line). O Instituto de Estudos Avançados da UNU (UNU-IAS) lança um programa sobre EDS, em 2003, como resposta à DEEDS. Em 2005, foram reconhecidos os primeiros sete RCEs, atualmente contam com aproximadamente 76 Centros, na América do Sul temos apenas quatro centros: Brasil (2 – Curitiba e São Paulo³⁶), Argentina (1 - Chaco) e Colômbia (1- Bogotá) apresentam RCEs (UNU-IAS, 2010).

A Declaração de Bonn (2009) foi adotada por consenso durante a Conferência Mundial da UNESCO sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Bonn, na Alemanha, de 31 de março a 2 de abril de 2009. Ela buscou analisar as ações que foram feitas a partir da DEEDS, ou que foram incorporadas como fundamentais aos objetivos da Década, e reconheceu que é preciso colocar os conhecimentos e experiências adquiridas nos primeiros anos da Década em ação. Reconhecendo que chegamos a:

Uma década no século XXI e o mundo enfrenta desenvolvimentos substanciais, complexos e interligados aos desafios e problemas de estilos de vida. Os desafios surgem a partir dos valores que criaram sociedades insustentáveis. Os desafios estão interligados e suas resoluções requerem um comprometimento político mais forte e ações decisivas. Nós temos o conhecimento, tecnologia e habilidades disponíveis para mudar a situação. Nós agora precisamos mobilizar nosso potencial para fazer uso de todas as

³⁵ "Os RCE envolvem professores de escola, de institutos de educação superior, ONGs ambientais, cientistas, pesquisadores, museus, zoológicos, jardins botânicos, oficiais de governos locais, representantes de empresas locais, voluntários, mídia, associações civis ou indivíduos que trabalham na esfera do desenvolvimento sustentável como os que envolvem crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, estudantes e aprendizes de todos os níveis". Retirado de: http://www.ias.unu.edu/resource_centre/RCE%20general.pdf .. Acesso em 12 dez. 2010.

³⁶ O RCE de São Paulo representado pela Universidade de São Paulo (USP) foi reconhecido durante a Conferência Internacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a 5ª. Conferência Internacional dos RCEs em Curitiba-PR nos dias 18 a 20 de maio de 2010.

oportunidades para ações de melhorias e mudança. (UNESCO, 2009, p. 118, tradução livre).

E a EDS ganha cada vez mais importância para se pensar e solucionar os problemas e desafios atuais e futuros:

A EDS ajuda as sociedades a lidar com diferentes prioridades e assuntos como a água, energia, mudança climática, desastres e redução de riscos, perda de biodiversidade, crise alimentar, riscos à saúde, vulnerabilidade social e insegurança. [...]

A EDS é baseada em valores de justiça, equidade, tolerância, suficiência e responsabilidade. Ela promove igualdade de gênero, coesão social e redução da pobreza e enfatiza o cuidar, a integridade e honestidade, como foi articulada na Carta da Terra. (Idem, p. 119, tradução livre).

Assim, a Declaração de Bonn entende a necessidade de se pensar os temas ambientais como fundamentais para o futuro da humanidade, sendo necessários incentivos para uma educação de qualidade abrangente e integradora, que possa criar conhecimentos através de processos transparentes, éticos, inclusivos, participativos, cooperativos e solidários. Além da Declaração de Bonn, temos diversos outros trabalhos importantes que foram elaborados para a Conferência da UNESCO sobre Desenvolvimento Sustentável como o relatório *Revisão dos Contextos e Estruturas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (tradução livre) sob coordenação do Professor Arjen E. J. Wals, da Universidade de Wageningen, na Holanda. Nesse trabalho ele busca mostrar que os diversos conceitos e visões que a EDS apresenta podem ser positivos e também dependem dos contextos e estruturas regionais e locais, que variam de uma região para outra. De acordo com esse relatório, uma das principais preocupações sobre a região da América Latina e o Caribe diz respeito à biodiversidade e a falta de proteção das florestas. A falta de cuidado e proteção das florestas tropicais torna a região mais vulnerável a ciclones e enchentes. O papel da educação, a mobilização e comprometimento dos diversos setores da sociedade são fundamentais para o sucesso das iniciativas que dizem respeito à EDS. A estratégia para a região:

... reconhece que o conceito de sustentabilidade tem o potencial de integrar e criar sinergias entre os diversos temas educacionais e outras ações educacionais das Nações Unidas que são importantes para a região como

temas sobre questões ambientais, interculturais, paz, direitos humanos, redução da pobreza, saúde, HIV e AIDS, alfabetização e educação para igualdade de gênero. (WALS, 2009, p. 23, tradução livre).

Precisamos entender um pouco melhor como os países da Bacia Amazônica entendem e trabalham a EDS, já que a DEDS é importante para a região latino-americana, pois ela:

... busca somar esforços, visões distintas, pluralidade de saberes para que a EDS se enriqueça com a diversidade e heterogeneidade presente na América Latina e Caribe. Para isto é fundamental sensibilizar a população, as organizações governamentais e não-governamentais, as organizações regionais, sub-regionais para favorecer o desenvolvimento de políticas, estratégias e programas consensuais que reflitam e integrem as diversas visões, pautas culturais, necessidades e interesses de todos. (SALGADO, 2009, p. 38, tradução livre).

II.iii - A EDS na Bacia Amazônica

As iniciativas governamentais são apenas uma das formas de entendermos como a questão ambiental é trabalhada por um país, mas é um reflexo de como eles entendem e abordam determinada temática, principalmente nas negociações intergovernamentais e nos processos de Governança. Essa dinâmica também tem influências e pressões tanto internas quanto externas e é um processo dinâmico e interativo. Alguns países da Bacia Amazônica adotam um entendimento sobre a EDS que são relativamente diferentes uns dos outros como mostra a tabela abaixo com informações da pesquisa feita por Carol Salgado com auxílio de Treléz publicada pela UNESCO (2009, p. 69-70, tradução livre):

Tabela II. A Educação Ambiental para alguns países amazônicos

Brasil	Educação Ambiental: “processo mediante o qual se busca despertar a preocupação individual e coletiva para os temas ambientais, garantindo o acesso à informação em idioma apropriado, contribuindo no desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Se produz em um contexto de complexidade, procurando impulsionar não só a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma preocupação ética e política” (Trigueiro, 2003, na página do Ministério do Meio Ambiente na internet: http://tinyurl.com/8b6t4e).
--------	---

Colômbia	Educação Ambiental: “deve ser considerada como o processo que permite o indivíduo compreender as relações de interdependência com seu entorno, a partir do conhecimento reflexivo e crítico de sua realidade biofísica, social, política, econômica e cultural para que, a partir da apropriação da realidade concreta, se possa gerar nele e em sua comunidade atitudes de valoração e respeito pelo ambiente. Estas atitudes devem estar embasadas por critérios para o melhoramento da qualidade da vida e em uma concepção de desenvolvimento sustentável, este entendido como a relação adequada entre meio ambiente e desenvolvimento, que satisfaça as necessidades das gerações presentes, assegurando o bem-estar das gerações futuras (MENMinambiente, 2002 p. 18).
Equador	Educação Ambiental: “é um processo integral, contínuo, sistemático e necessário, para desenvolver, produzir e transmitir conhecimentos, habilidades, destrezas e sentimentos, que contribuam para fortalecer a consciência ambiental, mediante a participação ativa da comunidade educativa, para a solução dos problemas ocasionados pelo mau uso dos recursos naturais” (Página da Internet do MEC: http://tinyurl.com/a32pez).
Peru	Educação Ambiental: “eixo fundamental do desenvolvimento sustentável que orienta a formação integral das pessoas e o aperfeiçoamento da sociedade, significa contribuir para a construção da consciência ambiental dos meninos e meninas, jovens e adolescentes, preparando-os desde seus primeiros anos e ao longo de suas vidas para que sejam capazes de assumir papéis e responsabilidades como cidadãos com bases sólidas na formação de uma cultura ambiental que promova melhores estilos de vida.” (Convênio Marco de Educação Ambiental do Peru, 2002, na internet: http://tinyurl.com/7ckxyw)

Fonte: SALGADO, 2009 (Adaptada e tradução livre, p. 69-70)

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, reconhece em seu artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (SENADO FEDERAL, 2007)

E cabe ao Poder Público: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (Idem).

A lei 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu artigo 1º, definiu que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A lei 28245 *Ley Marco Del Sistema Nacional De Gestión Ambiental*, publicada em 04 de junho de 2004, em seu artigo 36, cria a Política Nacional de Educação Ambiental do Peru, mas é com o Decreto Supremo N° 008-2005-PCM, de 28 de janeiro de 2005, que regulamenta a lei 28245, que encontramos o que o país entende por EA, através do seu artigo 87:

A educação ambiental é o instrumento para se alcançar a participação cidadã e base fundamental para uma gestão ambiental adequada.

A educação ambiental se converte em um processo educativo integral, que se dá por toda a vida do indivíduo, e que busca gerar nele os conhecimentos, as atitudes, os valores e as práticas necessárias para desenvolver suas atividades de forma ambientalmente adequada, com objetivo de contribuir ao desenvolvimento sustentável do país. (PERU, 2009, p. 155, tradução livre).

A lei número 28611 conhecida como a *Lei General del Ambiente*, publicada em 15 de outubro de 2005, reafirma o propósito da EA, em seu artigo 127 (127.1), retomando o último parágrafo acima reproduzido do artigo 87 (PERU, 2009).

A *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, constituição federal do país, aprovada em 1999, afirma, em seu artigo 107, que:

A educação ambiental é obrigatória nos níveis e modalidades do sistema educativo, assim como também na educação cidadão não formal. É de cumprimento obrigatório nas instituições públicas e privadas, até o ciclo diversificado, o ensino da língua castelhana, a história e a geografia da Venezuela, assim como os princípios do ideário bolivariano (VENEZUELA, 1999, tradução livre)

Completa com o artigo 127:

É um direito e um dever de cada geração proteger e manter o ambiente em benefício de si mesmo e do mundo futuro. Toda pessoa tem direito individual e coletivamente a desfrutar de uma vida e de um ambiente seguro, são e ecologicamente equilibrado... (Idem).

A *Ley Organica del Ambiente* da Venezuela, de 2006, tem a preocupação com a EA e afirma que:

Educação ambiental: Processo contínuo, interativo e integrador, mediante o qual o ser humano adquire conhecimentos e experiências, os compreendem e analisam, os internalizam e os traduzem em comportamentos, valores e

atitudes que o preparem para participar protagonicamente na gestão do ambiente e no desenvolvimento sustentável. (Artigo 3º).

A educação ambiental tem por objeto promover, gerar, desenvolver e consolidar nos cidadãos e cidadãs conhecimentos, aptidões e atitudes e para contribuir com a transformação da sociedade, que se refletirá em alternativas de solução aos problemas socioambientais, contribuindo assim ao sucesso do bem-estar social, integrando-se na gestão do ambiente através da participação ativa e protagonista, pela premissa do desenvolvimento sustentável. (Artigo 34).

O artigo 38 da *Lei Organica del Ambiente* da Venezuela, de 2006, ainda completa que é preciso reconhecer a importância dos conhecimentos dos povos e comunidades indígenas, e das técnicas e inovações mais harmônicas. O artigo 74 fala da importância dos meios de comunicação para a difusão de informações e conhecimentos sobre as questões ambientais.

Não foi possível encontrar dados sobre a EDS para Bolívia e outros países amazônicos, mesmo sendo a Bolívia parte do PANACEA. O que podemos notar é que as definições acima buscam a conscientização e reconhecem a importância do conhecimento para a transformação e melhoria da sociedade. E que todos os países acima usam o conceito de Educação Ambiental mesmo em iniciativas posteriores à DEDES. Isso mostra que é preciso aprofundar as ações em conjunto sobre a EDS, mas primeiro é preciso ter um entendimento comum sobre o tema, o que tem se mostrado um grande desafio para estabelecer um consenso em escala mundial sobre qual o conceito e definição a ser utilizado (SALGADO, 2009).

Para que as ações tenham sucesso é preciso uma maior integração não só dos atores envolvidos como também uma maior coordenação e divulgação das ações que estão sendo desenvolvidas. Cada região do globo mostra problemas específicos, mas também há muitos desafios comuns para avançarmos como a necessidade do "entendimento compartilhado do conceito de EDS, mover das ações políticas para ações práticas e significativas, advogar por fundos, suporte interministerial e a participação significativa de todos os grupos de interesse." (UNESCO, 2009, p. 34, tradução livre).

Pensar o mundo mais interligado, interdependente e que sofre mudanças constantes requer adaptações e respostas mais rápidas a esses desafios. Também é preciso reconhecer as especificidades de cada local e região, sua cultura, sua visão de mundo e seus procedimentos. Isso faz com que as ações das Instituições

Intergovernamentais sejam diferentes em cada situação, principalmente quando dependem do aval e ratificação interna de determinados Estados para que possa agir. Se considerarmos também os possíveis interessados e envolvidos (diretos e indiretos, privados e públicos etc.) notamos como as ações no Sistema Internacional se tornam complexas. Assim, é preciso buscar uma nova ética mesmo enfrentando grandes desafios pela frente e a DEEDS tem feito grandes contribuições através do incentivo e mobilização na promoção dessa nova ética pautada no respeito, na solidariedade, igualdade, na inclusão da sustentabilidade ambiental e ecológica em processos democráticos, justos e participativos.

No próximo capítulo trabalharemos as particularidades regionais da Bacia Amazônica, principalmente a Institucionalização e Internacionalização de debate ambiental pelos países da região. Focaremos principalmente como foi esse processo no Brasil e como a EDS se desenvolve na região. Abordaremos também as iniciativas regionais como o Programa Latino Americano e Caribenho em Educação Ambiental (PLACEA) no âmbito da Iniciativa Latino Americana e Caribenha de Desenvolvimento Sustentável (ILAC) e o Plano Andino Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA). Buscamos analisar como essas iniciativas regionais e sub-regionais são influenciadas pela UNESCO e como contribuem para a GGA.

CAPÍTULO III - A GGA E A BACIA AMAZÔNICA

Como podemos perceber até agora os debates que envolvem a temática ambiental na Bacia Amazônica são variados e apresentam dificuldades por ainda terem uma visão fragmentada e isolada em relação aos problemas e recursos que são comuns e compartilhados. As crises e os problemas internos e específicos de cada país prejudicam a confiança e a adoção de mecanismos de Governança Global.

Precisamos entender um pouco melhor como os debates ambientais foram desenvolvidos na região e para isso usaremos como objeto de análise a história, a atuação e o posicionamento do Brasil, principalmente na institucionalização e internacionalização do debate ambiental. Também iremos analisar como iniciativas em prol da Sustentabilidade Ambiental na região, como a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), o Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) e o Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA). Analisar quais as convergências e divergências dessas iniciativas com as bases da DEDES e como isso pode ser relacionado com as funções e mecanismos de Governança Global Ambiental.

III.i - O Brasil e a Institucionalização do Debate Ambiental

A posição do Brasil tem sido variada quando se trabalha com a questão ambiental. Desde a organização política na época imperial até os dias de hoje encontramos muitas mudanças no posicionamento político. Isso se deve pelo contexto histórico, pelas conjunturas interna e externa de cada época analisada, pelas influências culturais e também pela atuação e organização sócio-política.

As visões e encantamentos pelas terras brasileiras são encontrados desde os relatos de Pero Vaz de Caminha, em 1500, que em sua Carta ao rei de Portugal, D. Manuel, enaltece as belezas e extensão destas *novas terras*, entre elas as *gentes*

inocentes e pacíficas aqui encontradas que precisam de *salvação*, ao invés de serem dominadas (A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, 1963). Mas por trás do relato romantizado de Caminha se encontra uma história de violência, colonização e dominação, na busca por metais preciosos e exploração de recursos por parte dos europeus, não apenas em territórios brasileiros ou amazônicos, mas em toda a região da América Latina e Caribe (ALC) (DONGHI, 1975).

O processo de independência brasileiro em 1822 – sendo reconhecido no plano internacional pelos outros Estados – não alterou radicalmente as políticas ou estruturas aplicadas desde a vinda da Família Real, em 1808, quando ocorre a mudança de uma posição de Colônia para *centro* de poder - influenciando diretamente na negociação da independência brasileira, na formação de uma política externa e a perpetuação da monarquia (CERVO; BUENO, 1992). A discussão ambiental aparece neste período com a preocupação de alguns políticos, ainda que não em um movimento consolidado e coeso. Encontramos personalidades como Joaquim Nabuco, José Bonifácio de Andrada e Silva e outros identificados como abolicionistas, mas que também eram críticos da irracionalidade do uso do solo e dos recursos naturais, em grande parte pela influência da educação e pensamento europeus (PÁDUA, 2004).

O interesse político, econômico, social e cultural está presente nos atos e discursos que envolvem a temática ambiental, seja na defesa e preservação, ou pela necessidade de seu uso ou depredação. A partir de fins da década de 1970, por exemplo, começam a se intensificar as pressões internacionais sobre a região Amazônica e sua importância para o mundo, inclusive com boatos de uma possível internacionalização da região (AMAYO ZEVALLOS, 1993; 2007; [org.] 2009; CORREA, 2006). O que leva a uma reação dos países da região em defesa do respeito à soberania e à garantia de que a proteção e preservação cabem a seus povos, levando a acordos como o Tratado de Cooperação Amazônico que, dessa forma, pode ser visto como uma manifestação da mobilização, não apenas do Brasil, mas de todos os países amazônicos.

A posição adotada pelo Brasil, e por outros países considerados *subdesenvolvidos*, na Conferência de Estocolmo, em 1972, - e durante muito tempo depois – foi a da “defesa do desenvolvimento” e a “necessidade de se poluir” para atingir tais objetivos; as práticas e ações “ecológicas” e os discursos para a

preservação eram vistos como alardes e críticas que prejudicavam o crescimento econômico (ALEXANDRE, 2000). Estabelecido desde a década de 1980 no Brasil:

O ambientalismo brasileiro, como de resto em toda a América Latina, é um movimento social “impuro”, como diria Boaventura de Sousa Santos, por ter demandas tanto relativas à sobrevivência quanto à qualidade de vida, em função da simultaneidade da degradação ambiental e das distâncias brutais entre classes. A importação simplista de modelos ou valores “verdes” vindos da Europa torna-se problemática no Brasil, mas a mídia convencional raramente se dá conta disso. Inclusive muitas ONG's ainda não sabem como lidar com tal complexidade e, na primeira oportunidade aberta por uma empresa ou um banco, aderem com certa ingenuidade ao marketing ecológico (BOEIRA, 2000).

A Política Externa Brasileira, durante a transição e o retorno democrático, em meados dos anos 1980, sofreu oscilações e continuidades, um período de crise e contradições até mesmo do próprio modelo nacional de desenvolvimento, que era baseado na indústria para a substituição de importações (CERVO, BUENO, 1992). A busca pelo fortalecimento do multilateralismo não dependeu apenas do fim do regime militar brasileiro, pois a conjuntura internacional também teve um peso considerável. Então, foi possível ver um aumento das perspectivas desenvolvimentistas e da mobilização dos países que buscavam maior autonomia e queriam se desenvolver para sair das zonas de influências das superpotências. Não podemos esquecer que o fim dos governos militares na América do Sul, em períodos próximos, facilitou o aumento da cooperação entre os países (MIYAMOTO, 2009).

A reordenação do mundo e a reaproximação regional estavam em pleno debate:

Na América Latina, o simples acompanhamento do intercâmbio de visitas no mais alto nível a partir dos anos 80 já demonstra, por si só, a nova densidade do relacionamento com os países que, por nossa circunstância geográfica, constituem a primeira linha de projeção da política nacional. (ABDENUR, 1997, p. 38).

O contexto geral dos anos 1980 na ALC é do retorno às democracias, mas, ao mesmo tempo, com a crise da dívida externa na região, o fim do bipolarismo entre Estados Unidos e ex-União Soviética, a globalização e também o retorno e expansão do regionalismo e multilateralismo. (CORREA, 2006; OLIVEIRA, 2005). A redemocratização, a crise da dívida externa e a maior pressão internacional

aproximavam ainda mais o Brasil de seus vizinhos. A formação de blocos econômicos, as disputas econômicas e tecnológicas e o maior protecionismo são alguns dos fatores preocupantes no período. (CORREA, 2006; MIYAMOTO, 2000).

O país consegue reverter sua posição de “vilão ambiental” na década de 1980, através de uma série de medidas e ações voltadas à necessidade de conscientização, atrelando a pobreza e o subdesenvolvimento ao próprio conceito de agressão ao ambiente, reconhecendo que os problemas não se limitam à ALC. E, principalmente, ao se oferecer como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro em 1992. “Ao evoluir de uma postura defensiva para uma posição aberta e construtiva, o país adquiria a condição de interlocutor de primeira importância em matéria ambiental.” (CORREA, 2006, p. 497).

As pressões da opinião pública internacional fazem com que o Brasil adote na Constituição de 1988, além dos Direitos Universais do Homem, o princípio da Precaução e Prevenção. Assim, o Meio Ambiente passa a ser competência e bem da União, dos Estados e do Distrito Federal, de forma concorrente, pública e em certos casos privados por seus usos e concessões (art. 20 a art. 24 e da Constituição Federal do Brasil - CF/88); além do município que também tem responsabilidades quanto ao cuidado e regulamentação (art. 29) (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Ainda ecoa a tese que coloca países desenvolvidos como os principais responsáveis pela degradação ambiental e que o desenvolvimento deve ser a prioridade; o Protocolo de Kyoto, de 1997, mostra que existem diferenças entre os países, presente em muitos discursos governamentais, principalmente do grupo de países considerados em desenvolvimento e expresso no princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”³⁷. De forma geral, a dissertação de Helena Margarido Moreira (2009) demonstra que a posição do Brasil esteve alinhada e atenta aos processos internacionais e como o país foi se tornando destaque no cenário internacional, não apenas como possuidor de grandes recursos naturais, mas também como voz ativa no debate ambiental.

³⁷ Para uma visão mais aprofundada sobre o posicionamento do Brasil ver a dissertação de mestrado de Helena Margarido Moreira “A ATUAÇÃO DO BRASIL NO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA DE 1995 A 2004”. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/helena.pdf> . Acesso 12 nov. 2009.

Não podemos inferir os resultados e influências indiretas que cada Estado teve a partir dos resultados das Conferências Ambientais de 1972 e 1992, mas alguns dados são, no mínimo, curiosos. O Brasil, por exemplo, já havia dado alguns passos sobre a questão ambiental com o Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, que foi uma das primeiras leis no país a definir, de forma abrangente, o uso das florestas, mas a tendência era mais “desenvolvimentista” do que “ambientalista”, com grande parte da terra concentrada em latifúndios (DRUMMOND, 1998). Mas apresenta um tratamento interessante sobre o tema, como o reconhecimento das florestas como “bens de interesse comum a todos os habitantes” (art. 1º. do Decreto n. 23.793/34).

Em 1965 foi instituída a lei no. 4.771, o novo Código Florestal, embora tenha sofrido diversas alterações ao longo do tempo é, por enquanto, vigente. Houve um maior detalhamento e definições das áreas de preservação permanente, que são consideradas:

...,quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público. (art. 3º. LEI 4.771/65)

Uma das primeiras iniciativas de institucionalização do debate ambiental no Brasil é remetida à criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, vinculada ao Ministério do Interior (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al*, 2005). Sua função era atuar como órgão autônomo da administração direta “orientada para a conservação do meio ambiente, e o uso racional dos recursos naturais” (art. 1º. Decreto n. 73.030, de 1973). Outro fator que contribuiu para a institucionalização foi a Lei no. 6.938, de 1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e estrutura o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Definindo o princípio de reparação, poluidor-pagador, e uma

“compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação dos recursos ambientais, com vista à sua utilização racional e disponibilidade permanente (art. 4º. I e VI)” (MACHADO, 2003).

O Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) foi criado em 1989 para financiamento de projetos ambientais públicos e privados e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), substituindo a SEMA e responsável por “atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais” (art. 3º. Lei no. 7.735/89). Em 1990 foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM/PR), para auxiliar de forma direta e imediata a presidência e coordenar as atividades relativas ao PNMA (art. 1º. Decreto no. 99.640/90). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi estruturado, em 1992, substitui a SEMAM/PR (Lei no. 8.490/92).

Não podemos esquecer também as iniciativas da Sociedade Civil como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), de Porto Alegre em 1971, iniciada por José Lutzenberger³⁸ – uma das primeiras associações ecológicas brasileiras. Embora, desde 1958, tenha sido criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza com sede no Rio de Janeiro, mas ela estava vinculada à União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma ONG envolvida e preocupada com a *conservação* ambiental, criada em 1947 e sediada na Suíça (VIOLA, on-line).

Podemos notar que o Brasil buscou responder e se adaptar às diversas pressões e influências, principalmente internacionais, quando se trata da questão ambiental. A criação da SEMA e de diversos outros órgão governamentais que, em 1992, culminam na criação do Ministério do Meio Ambiente, pode não ter relações diretas com as Conferências Ambientais de 1972 e 1992, mas a criação de instâncias governamentais brasileiras internas não devem ser menosprezadas e, assim como as próprias Conferências podem ser vistas como respostas ou estímulos às preocupações mundiais, o ordenamento interno também tem reflexos e influências de tais preocupações.

³⁸ José Lutzenberger foi também Secretário-Especial do Meio Ambiente da Presidência da República entre 1990 a 1992, durante o Governo Collor e participou das reuniões preparatórias da ECO-92.

Por isso as respostas institucionais e internacionais são aspectos que devem ser aprofundado nas análises ambientais, de política externa e relações internacionais. Pode servir como indicativo de mudanças, não apenas no âmbito institucional e burocrático, mas na própria visão de mundo do Estado e também da sociedade, como um todo.

A preocupação com a EDS³⁹ tem diversas origens no Brasil. Temos iniciativas que fazem parte da institucionalização do debate ambiental como já vimos, também está presente na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que reconhece a necessidade de promover a EA em todos os níveis de ensino. Outras estruturas, como o Grupo de Trabalho em EA de 1991 do Ministério da Educação (MEC), que se transforma, em 1993, na Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC⁴⁰), a Diretoria de EA do IBAMA instituída em 1991 (HENRIQUES, *et. al.*, [orgs.], 2007; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2008). Enfim, uma série de iniciativas que influenciaram a criação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (OG/PNEA) a partir do artigo 14 da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental. Foi estruturado e oficializado pelo artigo 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. (ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2006). As ações governamentais mais recentes desse Órgão envolvem o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA⁴¹), que está em sua terceira edição, inspirada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Sua primeira edição foi realizada em 1994, mas com foco nos sistema de ensino mais formal, prevendo a parceria entre MEC e MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2005; 2008).

O ProNEA assume as seguintes diretrizes:

- Transversalidade e Interdisciplinaridade.
- Descentralização Espacial e Institucional.
- Sustentabilidade Socioambiental.
- Democracia e Participação Social.

³⁹ Usaremos o termo Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) como já trabalhamos no Capítulo II, embora o termo mais utilizado no Brasil seja Educação Ambiental (EA).

⁴⁰ Em 2004 após reestruturação da COEA ela passou a ter a sigla CGEA.

⁴¹ A sigla ProNEA foi adotada em 1999 como forma de se diferenciar da primeira versão de 1994. A terceira edição de 2004 manteve a sigla de 1999.

- Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2005, p. 31)

A terceira edição do ProNEA, em 2004, além de reconhecer a importância da EA em todos os setores, fez uma prévia consulta popular para estabelecer suas novas diretrizes e reconheceu a DEDS como uma iniciativa importante para a conjuntura global e o PLACEA e o PANACEA como iniciativas regionais indispensáveis para o programa (HENRIQUES, *et. al.*, [orgs.], 2007; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2008).

O Brasil tem se mostrado um ator cada vez mais presente nos debates ambientais internacionais e apresenta uma estrutura interna complexa para trabalhar com essa temática. Embora, possa ser considerado um processo ainda não consolidado, pois muitos setores e interesses ainda disputam espaços e suas visões nem sempre são convergentes. Isso não é um desafio exclusivo do Brasil, e sim mundial. O conhecimento compartilhado e comum poderia diminuir as divergências que muitas vezes ocorrem por se adotar visões e entendimentos diferentes.

Antes de analisar alguns dos outros países da Bacia Amazônica e comparar suas estruturas com a do Brasil, vamos entender um pouco melhor como as iniciativas regionais do PLACEA e PANACEA foram criadas e como elas contribuem para a DEDS e a GGA.

III.ii - O PLACEA e o PANACEA

O Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) pode ser remetido às iniciativas de 1992 a partir do I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental como um mecanismo para fortalecer a cooperação regional.

Foi elaborado em função da necessidade de se propiciar espaços para análise do processo educativo-ambiental na região latino-americana e caribenha, de se estabelecer processos de reflexão conceitual e metodológica, de se criar e consolidar vínculos de intercâmbio e cooperação e finalmente, de se estabelecer, consolidar e fortalecer as estruturas de apoio para difundir e dar continuidade às ações existentes na região.

O PLACEA ganhou essa sigla ao ser apresentado pela Venezuela, em 2003, no XIV Foro de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizado no Panamá. Foi apresentado como

... um elemento da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) complementar à também almejada Rede de Formação Ambiental. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), através de seu Escritório Regional para América Latina e Caribe (ORPALC) foi encarregado de elaborar o documento executivo, intitulado Decisão 10, que serviria como compromisso de levar adiante o plano, inclusive disponibilizando recursos financeiros. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2008, p. 90).⁴²

A implementação do PLACEA ficou sobre responsabilidade da Venezuela e PNUMA e seus objetivos mais específicos são:

1. Consolidar as políticas públicas de EA na região.
2. Estabelecer mecanismos para o trabalho em rede.
3. Fortalecer os aspectos conceituais da EA.
4. Fortalecer a educação e capacitação contínua.⁴³

Em 2006, o Brasil foi o primeiro país a levar ao PLACEA não apenas a pasta de Meio Ambiente como também de Educação, incentivando outros países a fazer o mesmo. Em 2008, ele assume a coordenadoria do programa em parceria com o PNUMA através da Decisão 11 do XVI Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe realizado na República Dominicana, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2008 (ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2006; HENRIQUES, *et. al.*, [orgs.], 2007; PNUMA, 2008).

⁴² A ILAC nasce como preparação para a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo 2002 e buscou reforçar a importância e singularidade das questões e metas regionais (PNUMA, 2002). "Vale lembrar que, em 2001, ao anunciar o Plano de Ação Regional da ILAC, oito áreas temáticas prioritárias foram indicadas: 1- acesso aos recursos genéticos e distribuição equitativa dos benefícios; 2- gestão de recursos hídricos; 3- assentamentos humanos; 4- energias renováveis; 5- comércio e meio ambiente; 6-instrumentos econômicos e política fiscal; 7- mudanças climáticas; 8- indicadores ambientais". (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *et. al.*, 2008, p. 90).

⁴³ Disponível em: <http://www.unep-rolac.org/educamb/Proyectos.php?pag=home> . Acesso em 10 fev. 2011.

O Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA) surge como articulação sub-regional dentro das estratégias do PLACEA. O PANACEA foi uma proposta feita pelo Peru, em 2005, com o I Encontro Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental em direção a uma aproximação do PLACEA, dos Objetivos do Milênio e da DEDS, que são marcos referenciais do plano (PERU, 2005a).

A execução do PANACEA se inicia pela iniciativa e com a participação das autoridades ambientais e educativas de sete países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela; com a vinculação de cinco organismos de integração regional: Secretaria Geral da Comunidade Andina de Nações, Convênio Andrés Bello, Parlamento Andino, Universidade Andina Simón Bolívar, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; e com o respaldo de duas organizações das Nações Unidas: PNUMA – Rede de Formação Ambiental e UNESCO – América Latina e Região Andina. (p 12).

As três linhas de trabalho do PANACEA que foram definidas no Acordo do I Encontro Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental realizado em Lima, Peru, no dia 27 de outubro de 2005, e ratificadas pelo II Encontro Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental, em Iquitos, Peru, em 22 de fevereiro de 2006, são:

Linha 1: Políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de educação ambiental

Linha 2: Comunicação para a educação e a gestão ambiental

Linha 3: Formação, capacitação e investigação em comunicação e educação ambiental (PERU, 2005b; 2006).

Essa complexa rede de atuação e objetivos tem a intenção de expandir os debates e ações conjuntas na região andina e, conseqüentemente, em toda a América Latina, fortalecendo posições conjuntas e processos de cooperação regionais. Tanto o PLACEA como o PANACEA são iniciativas que têm suas origens e propostas anteriores à DEDS, mas os avanços parecem que se fortaleceram e convergiram bastante com os ideais da Década. Podemos dizer que foi uma via de mão dupla já que a DEDS incentivou e fortaleceu os projetos regionais voltados à EDS e ao mesmo tempo foram reconhecidos como partes fundamentais nas estratégias para se alcançar os principais objetivos da DEDS, especialmente o

monitoramento de ações e a divulgação e fortalecimento da EDS em âmbito regional (PNUMA, 2002; 2008; UNESCO/ OREALC, 2010; UNESCO, 2005a).

Essas iniciativas regionais podem fortalecer os processos de GGA, pois buscam um diálogo transparente, participativo, democrático, ético e solidário para uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável. A seguir vamos tentar entender como são as ações de Peru e Venezuela envolvendo a questão ambiental, principalmente as voltadas à EDS.

Como PLACEA e PANACEA são iniciativas de Venezuela e Peru é importante conhecermos um pouco melhor a estrutura de cada um desses países. Temos que considerar as particularidades de cada país, como por exemplo, a Venezuela ser membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), mas com sérias crises energéticas e alimentares pela má administração dos recursos, mesmo antes de Hugo Chávez Frias assumir a presidência, desde 1999 (SAYAGO, 2001; PROCOPIO, 2009).

O Peru se mostra uma sociedade multi-étnica, exportadora de peixes, minerais e fosfatos e também produtora de folhas de coca⁴⁴, como é um país que tem a porção terrestre mais a oeste ao Pacífico é de grande interesse para países que não têm acesso a esse mar, como Brasil e Bolívia (AMAYO, 1993; v. 2003; PROCOPIO, 2009). Outros fatores que também preocupam muito são a procura mais intensa e predatória por hidrocarbonetos na região, graças ao aumento da demanda energética mundial, e do interesse em expandir usinas hidroelétricas, principalmente por parte do Brasil (DOUROJEANNI, *et. al.*, 2009).

Como já vimos um pouco sobre o caso venezuelano, ele ampliou o entendimento sobre a temática ambiental, em 2006, através de uma nova lei orgânica mais aprofundada, contando com 137 artigos e disposições sobre a responsabilidade, gestão e entendimentos sobre o meio ambiente. A *Ley Orgânica del Ambiente* de 1976 só tinha 37 artigos. O *Ministerio del Ambiente y de los Recursos Naturales* (MANRN) da Venezuela foi estruturado em 1977, após a promulgação da lei orgânica de 1976 e atualmente é denominado *Ministerio del Poder Popular para el Ambiente* (MinAmb).

⁴⁴ Embora a folha de coca seja usada para a produção de cocaína, o seu uso tradicional e medicinal não é considerado ilegal no Peru e está presente em diversos produtos, bebidas e alimentos. A produção só ocorre no alto amazonas e tem certa restrição governamental, mas há muitos plantadores ilegais, principalmente após modificações genéticas. (v. PROCOPIO, 2009)

Já o *Ministerio del Ambiente* (MINAM) do Peru alcançou o status de Ministério apenas em 2008, sendo antes o *Consejo Nacional del Ambiente* (CONAM) estabelecido em 1994 o órgão burocrático. Podemos notar que as respostas institucionais de cada país foram variadas, vale lembrar que o Brasil estrutura o Ministério do Meio Ambiente em 1992. Isso não significa que não existissem estruturas burocráticas anteriores nem quer dizer que tivessem ou tenham poder e autonomia somente por uma mudança de status, mas representam uma forma de organização e hierarquia interna. As iniciativas de Venezuela e do Peru, nos últimos anos, mostram um aumento da preocupação ambiental e a necessidade de se aprofundar os debates e ações. Pelo menos no caso da EDS, encontramos as definições mais claras nas legislações de cada um dos países aqui trabalhados somente em período recente: no Brasil e na Venezuela só em 1999 e, no Peru em 2005, mesmo havendo menções e indícios anteriores que já demonstravam preocupações com a EDS.

As transformações das estruturas burocráticas internas podem ser similares aos casos das Instituições Internacionais em que um Programa, um Protocolo, ou até mesmo uma ONG, podem ter mais recursos, status e influência que uma Organização Intergovernamental na criação de normas e costumes. Mas mesmo que a nomenclatura não seja o suficiente para definir a capacidade, aceitação e recursos das Instituições, ela é uma declaração e um posicionamento político importante. Isso possibilita um avanço nos debates, pois a vontade política é um passo fundamental para qualquer processo decisório coletivo. Além disso, transformar uma Secretaria ou Conselho em um Ministério pode ser uma declaração, mesmo que simbólica, de que determinada questão se tornou fundamental para a política do país e que está sendo priorizada. No caso internacional essa é uma das justificativas para que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente deveria se tornar uma Organização Mundial para o Meio Ambiente.

O sucesso ou fracasso das ações e projetos dependem de inúmeros fatores que vão além da simples nomenclatura de uma instituição ou estrutura burocrática, pois devemos considerar o contexto e a conjuntura em que ocorrem, as competências gerenciais, o nível de aceitação e autonomia, os apoios e interesses envolvidos, os recursos financeiros, materiais e humanos, além da necessidade de projetos e programas eficazes e eficientes entre outros. Como já vimos, no caso da

EDS, cada país tem uma determinada visão e posicionamento sobre o tema e suas respostas institucionais também foram diferentes ao longo do tempo. Isso reflete a particularidade de cada país, mesmo que as propostas apresentem muitas semelhanças. As análises feitas até agora apontam que há um longo caminho a ser percorrido para que os processos de cooperação e mecanismos de GGA sejam efetivamente implantados na região amazônica. A falta de consenso e confiança entre os países da região, além dos diversos problemas e desafios históricos precisam ser superados. As iniciativas regionais como o PLACEA e o PANACEA mostram que as esferas públicas ainda têm grande importância nas ações em EDS, mas é preciso aprofundar essas ações e ampliá-las para os outros setores da sociedade, aumentando a participação e transparência dos processos decisórios.

Criar mecanismos decisórios coletivos, não significa ignorar a particularidade de cada local, país ou região, pelo contrário, a intenção deve ser o estabelecimento de entendimentos mútuos e comuns a todos, que respeitem as diferenças, agregando conhecimentos, práticas e saberes pautados em uma nova ética ambiental e que consigam estruturar uma sociedade mais justa, igualitária, democrática e ambientalmente sustentável. Enquanto não houver um entendimento mínimo e uma ampliação da confiança e do compartilhamento das informações, conhecimentos e saberes, dificilmente haverá sucesso nas funções da GGA, nem na Bacia Amazônica ou em qualquer outro lugar habitado por seres, culturas e pessoas diferentes.

CONCLUSÃO

Chegamos ao início da segunda década do século XXI com mudanças expressivas para a sociedade humana, mesmo assim ainda enfrentamos muitos problemas e desafios de séculos passados. Uma das razões para as constantes mudanças e transformações no mundo foi a capacidade de acumularmos saberes e conhecimentos das gerações passadas, utilizando-os para criarmos novos conhecimentos e saberes. As visões de mundo que encontramos atualmente são diversas e dependem muito da cultura, sociedade, economia, experiências e uma série de outros fatores. O processo de interação e dinâmica social é uma das formas que nos definem como indivíduos e também como nos identificamos e somos identificados.

Os debates aqui expostos nos mostraram o quão complexo e amplo é pensar a questão ambiental e como as respostas e posicionamentos são diferentes com o passar do tempo. Ainda mais por ser um tema abordado por perspectivas variadas, que estão estabelecidas em diversas áreas do saber e conhecimento. A intenção deste projeto foi tentar refletir de forma mais aprofundada o papel da UNESCO na Bacia Amazônica em prol da Governança Global Ambiental (GGA), entendida como a gestão e administração coletiva dos problemas, desafios, bens e recursos ambientais e ecológicos de forma integrada, holística, transdisciplinar e multissetorial.

Os conhecimentos compartilhados e comuns são capazes de gerar entendimentos mútuos e facilitam os processos decisórios coletivos, pois dão mais embasamento às decisões e são até capazes de diminuir o grau de desconfiança entre os atores, gerando, conseqüentemente, laços cooperativos mais fortes. Para isso uma nova ética ambiental em um processo de GGA democrático, transparente, dinâmico e participativo podem se mostrar de grande ajuda no fortalecimento e como mecanismo de cooperação e solidariedade.

Muitas das questões ambientais são transfronteiriças e, por isso, requerem soluções regionais e globais. Encontramos nos princípios, funções e mecanismos da GGA uma base de ação bem estruturada. Afinal a GGA busca pensar e administrar problemas e bens comuns e preza por soluções compartilhadas, através da criação

de instituições, normas, regras, práticas e costumes. A UNESCO, como uma Organização Intergovernamental que foi criada para aumentar a confiança entre os diferentes povos do globo através da solidariedade, conhecimentos compartilhados, respeito e entendimentos mútuos, tem grande importância para a GGA. Os próprios campos de atuação e princípios da UNESCO, já presentes em seu nome - Educação, Ciência e Cultura -, e o reconhecimento de que é preciso uma nova visão de mundo para o sucesso de iniciativas em prol da Sustentabilidade Ambiental, reconhecem a importância de ações multidisciplinares, multissetoriais e participativas baseadas na ética, respeito, democracia, igualdade, justiça e solidariedade.

A região da Bacia Amazônica tem se consolidado no cenário internacional e nos debates ambientais por suas riquezas ambientais, culturais, socioeconômicas, etc. A própria região enfrenta os mesmos problemas que grande parte da América Latina e o mundo: baixos níveis de educação e saúde, pobreza, violência, desemprego, desigualdades, entre outros, com o diferencial de ser uma das poucas regiões megadiversas do mundo, o que atrai a atenção e o interesse de muitas pessoas, empresas, instituições e governos de todas as partes do mundo. Isso torna uma região mais complexa ainda. A análise da atuação da UNESCO na Bacia Amazônica e o olhar mais aprofundado para a Institucionalização ambiental e as visões da EDS permitem entender as dificuldades que a região ainda sofre como a falta de estrutura, planejamento e integração regional.

Uma das primeiras atuações da UNESCO na região amazônica, envolvendo a questão ambiental, foi através do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, em 1946, mas que fracassou principalmente pela falta de confiança dos Estados e o temor de interferência estrangeira em assuntos que eram vistos como locais e regionais. Podemos observar que a UNESCO é uma Instituição que esteve atenta aos processos e problemas internacionais e sua atuação esteve em compasso com preocupações e movimentos ambientais contemporâneos, como por exemplo, com a organização da *Conferência da Biosfera* de 1968. A atuação em parceria com diversos setores da sociedade é uma das características que podem contribuir para o estabelecimento da GGA, principalmente nas funções de ampliar os estudos, coordenação e monitoramento dos processos decisórios coletivos. A DEDS é uma

ação que está ampliando os debates e preocupações em torno da EDS, mas ainda há muito trabalho pela frente.

Entendemos que esse é um debate inicial e que há um longo caminho pela frente. Sabemos que é preciso ampliar as análises e as percepções sobre as problemáticas ambientais na América Latina e que as Instituições Internacionais são apenas uma das partes que compõem a GGA. Um dos caminhos aqui apresentados foi por ampliar, divulgar e compartilhar conhecimentos científicos agregando práticas e saberes tradicionais de forma ética, solidária e cooperativa entre os povos diretamente ligados à Bacia Amazônica bem como os povos do mundo para que as medidas em prol da Sustentabilidade Ambiental sejam efetivas e mais eficientes, pois os processos decisórios coletivos precisam de um embasamento sólido e um entendimento mútuo entre as partes envolvidas e interessadas. Também ajuda a diminuir a desconfiança, um dos elementos que prejudicam a convivência pacífica e a ampliação de processos de integração regional como é o caso da Região Amazônica Sul-Americana.

BIBLIOGRAFIA

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Cartas a El Rei D. Manuel. São Paulo: Dominus, 1963. Disponível em: www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html. Acesso em 20 out. 2009.

ABDENUR, Roberto. A Política Externa Brasileira e o “sentimento de exclusão”. In: FONSECA JR., Gelson; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (orgs.) **Tema de Política Externa Brasileira II**, vol. 1, Brasília: Funag, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2ª. ed., 1997.

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da Radicalidade do Movimento Ambientalista brasileiro**: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenal: Edifurb, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

ALIER, Joan Martínez. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenal: Edifurb, 1998.

_____. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2009

ALMINO, João. **Naturezas Mortas**: A filosofia política do ecologismo. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1993.

_____. **Naturezas Mortas**: A filosofia política do ecologismo, 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora; Barléu Edições Ltda, 2004.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Da Amazônia ao Pacífico Cruzando os Andes. **Revista Estudos Avançados**. Vol.17 no.17. São Paulo, 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000100006. Acesso em 20 mar. 2010.

_____. Peru: sociedade, cultura e educação, 1945-2003. In: ARAÚJO, Heloisa Vilhena de (org.). **Os países da comunidade andina**. Brasília: Iprí/FUNAG/MRE, 2003.

_____. O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico Sul-Americano. In: AYERBE, Luís Fernando (coord.). **Integração Latino-Americana e Caribenha**. São Paulo: Fundação Memorial Am. Latina/ Imprensa Oficial do Estado de SP, 2007.

_____. O Brasil e o Mito da Água. In: AMAYO ZEVALLOS (org.). **A AMAZÔNIA E O PACÍFICO SUL-AMERICANO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A AMAZÔNIA E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**: Análise do Tratado De Cooperação Amazônica (TCA) E sua transformação em Organização Internacional (1978-2002). Dissertação de Mestrado.

Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/daniel.pdf>. Acesso em 12 mar. 2010.

BAQUEIRO, Marcello (org.). **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

BARNETT, Michael. Social Constructivism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics**. An introduction to international relations, 4. ed, NY: Oxford Univ. Press, 2008.

_____.; FINNEMORE, Martha. The Politics, Power, and Pathologies of International Organization, 1999. In: MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A. (ed.) **International Institutions: An International Organization Reader**. Massachusetts: Cambridge, 2001.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo; SCHLEICHER, Rafael T. Meio Ambiente e Relações Internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 47 (2) p. 100-130, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: Brasília, 2004. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35847204.pdf>. Acesso em 12 jun. 2008.

BECK, Ulrich. **Risk Society**. London: Sage, 1992.

BOEIRA, Sérgio Luís. Ambientalismo: radicalidade e complexidade. Prefácio In: ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da Radicalidade do Movimento Ambientalista brasileiro**: uma contribuição à crítica do movimento. Blumenau: Edifurb, Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

BOLIN, Inge. **Rituals of Respect**. The Secret of Survival in the High Peruvian Andes. Texas: University of Texas Press, 1998.

BRASIL. **Decreto no. 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em 19 jun. 2010.

_____. **Decreto no. 99.640**, de 13 de outubro de 1990. [on-line]. Disponível em: <http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/decretos/1990/dec%2099.604%20-%201990.xml>. Acesso em 12 abr. 2010.

_____. **Decreto no. 73.030**, de 30 de outubro de 1973. [on-line]. Disponível em: <http://nxt.anp.gov.br/nxt/gateway.dll/leg/decretos/1973/dec%2073.030%20-%201973.xml>. Acesso em 12 abr. 2010.

_____. **Lei no. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm. Acesso em 12 abr. 2010.

_____. **Lei no. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em 19 abr.2010.

_____. **Lei no. 7.735**, de 22 de fevereiro de 1989. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm. Acesso em 19 abr. 2010.

_____. **Lei no. 8.490**, de 19 de novembro de 1992. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8490.htm. Acesso em 19 abr. 2010.

_____. **Lei no. 9795**, de 27 de abril de 1999. [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 12 mai. 2010.

BRITÂNICO diz que presidente do IPCC deveria ser substituído. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 2010. [on-line]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/798775-britanico-diz-que-presidente-do-ipcc-deveria-ser-substituido.shtml>. Acesso em 12 out. 2010.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society**. A Study of Order in World Politics, 3th. ed., New York: Columbia Unvi. Press, 2007.

CARTA DA TERRA, 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/cterra.htm>. Acesso em 06 abr. 2009.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**, 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CARVALHO, Edgar de Assis. **Enigmas da Cultura**. São Paulo: Cortez, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **A sociedade em Rede**: A Era da Informação: Economia, sociedade e Cultura. Vol. 1, 9ª. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas, 2ª. Ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

CETICISMO climático atinge recorde nos EUA, diz pesquisa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2010 12h36 [on-line]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u705934.shtml>. Acesso em 12 out. 2010.

CHEFE da ONU para o clima acha difícil acordo global em 2010. **Estado de S. Paulo/ BBC**, São Paulo, 12 abr. 2009. [on-line]. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,chefe-da-onu-para-o-clima-acha-dificil-acordo-global-em-2010,537343,0.htm>. Acesso em 12 ago. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL - CGG. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CNUMAD. **Agenda 21**, 1992. Brasília: Senado Federal, 1996.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, atualizada até a Emenda Constitucional no. 55 de 20 de setembro de 2007 [on-line]. Brasília: SEEP. Subsecretaria de Edições técnicas, 2007. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/con1988/CON1988_20.09.2007/CON1988.pdf. Acesso em 13 nov. 2007.

CORREA, Luis Felipe de Seixas. A Política Externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio H. N. (coord.) **Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)**. Vol. 1 Crescimento, Modernização e Política Externa, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Ed Lumen Juris, 2006.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Globalização, Democracia e Ordem Internacional: ensaios de teoria e história**. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

DESOMBRE, Elizabeth R. **Global Environmental Institutions**. Global Institutions Series. London, New York: Routledge, 2006.

_____. **The Global Environment and World Politics**, 2a. ed. London, New York: Continuum, 2007.

DELMAS, Magali A.; YOUNG, Oran R. **Governance for the Environment**. New Perspectives. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

DIAMOND, Jared. **Colapso**. Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. **UNAMAZ**: Uma ideia e uma realidade a serem renovadas e sempre apoiadas, on-line, 2002. Disponível em: <http://www.unamaz.org/UserFiles/file/volume%2019%20da%20s%C3%A9rie%20Cooperativa%20A7%C3%A3o%20Amaz%C3%B4nica%20UNAMAZ%20-%20uma%20ideia%20e%20uma%20realidade%20-%20Marco%20Antonio%20R%20Dias.pdf>. Acesso em 15 jul. 2010.

DONGHI, Túlio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L. **Relações Internacionais – as teorias em confronto**. Um estudo detalhado. Lisboa: Gradiva, 2003

DOUROJEANNI, Marc; BARANDIARÁN, Alberto; DOUROJEANNI, Diego. **Amazonia em 2021**. Explotación de recursos naturales e infraestructuras: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significan para el futuro?. Peru: ProNaturaleza, 2009. Disponível em: <http://www.pronaturaleza.org/archivos/pdf/amazonia2021.pdf>

DRUMMOND, José Augusto. Ambiente & Sociedade – A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano II - n.ºs 3 e 4 – 2º. Semestre de 1998, 1º. Semestre de 1999. Disponível em: http://www.ambienteesociedade.org.br/numeros_anteriores/ano1num1/svn3_4a07.pdf. Acesso em 25 mar. 2010.

ESTY, Daniel; IVANOVA, Maria H. Revitalização da Governança Ambiental Global: um enfoque baseado em funções. IN: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (org.). **Governança Ambiental Global: Opções e oportunidades**. São Paulo: Ed. Senac SP, 2005.

FERREIRA, Leila da Costa. Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente** no.10, p. 77-89, Paraná: Ed. UFPR, 2004. Disponível em: <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/articleviewFile/2477.pdf>. Acesso em 21 set. 2007.

FINNEMORE, Martha, SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamic and Political Change. In: **International Organization**. Vol. 52 no. 4, 1998, p.887-917. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28199823%2952%3A4%3C887%3AINDAPC%3E2.0.CO%3B2-M>. Acesso em 12 jul. 2009.

FLORIANI, Dimas. **Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FUNTOWICZ, Silvio; STRAND, Roger. De la demostración experta al diálogo participativo. **Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, vol. 3, no. 8,abr. 2007 . Disponível em http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-00132007000100008&lng=es&nrm=iso. Acesso em 29 out. 2010.

GUIMARÃES, Roberto P. Da oposição entre Desenvolvimento e Meio Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Uma perspectiva do Sul. In: FONSECA, Gelson Jr.; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (orgs.) **Temas de Política Externa II**, 2ª. Ed., vol 1. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**, 2a. ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

_____. Global Governance: prospects and problems. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader**. An Introduction to the Globalization Debate, 2a. ed., Cambridge: Polity Press, 2003.

HARDIN, Garrett. Tragedy of Commons. **Science Magazine**, 13 Dez., 1968. Disponível em: http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em 12 out. 2010.

HENRIQUES, Ricardo; TRAJBER Rachel; MELLO, Soraia; LIPAI, Eneida M.; CHAMUSCA, Adelaide (orgs.). **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade** CADERNOS SECAD. Brasília: MEC/ SECAD, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>. Acesso em 10 jan. 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Elsevier/ Ed. Campos, 2004.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HURRELL, Andrew. Order and Justice in International Relations: What is at Stake?. In: FOOT, Rosemary; GADDIS, John; HURRELL, Andrew (eds.). **Order and Justice in International Relations**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2003.

_____. **On Global Order: Power, Values and the Constitution of International Society**. New York: Oxford Univ. Press, 2007.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12a. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. **How ISO's technical programme and standards contribute to a sustainable world**. Suíça: ISO Central Secretariat, 2008. Disponível em http://www.iso.org/iso/sustainable_world_2008.pdf. Acesso em 28 fev. 2009.

IVANOVA, Maria; ROY, Jennifer. The Architecture of Global Environmental Governance: pros and cons of multiplicity. IN: STUART, Lydia; PERRY, Estele. **Global Environmental Governance**, p. 48-66. New York: Centre for UN Reform Education, 2007. Disponível em: http://www.centerforunreform.org/system/files/GEG_Ivanova-Roy.pdf. Acesso em 12 mai. 2008.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: HarperCollins, 1989

KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables, IO 36 (2), 1982. In: SIMMONS, Beth A.; STEINBERG, Richard H. **International Law and International Relations**. Massachusetts: Cambridge Univ. Press, 2006, p. 3- 17.

KÜTTING, Gabriela. **Environment, Society and International Relations: Towards more effective international environmental agreements**. London, New York: Routledge, 2000.

LAMY, Steven L. Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics**. An introduction to international relations, 4. ed, NY: Oxford Univ. Press, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis/ México: Ed Vozes/ PNUMA, 2001.

_____ (coord.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LE SAUX, J. Y. **Summary of UNESCO's contribution to the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs)**. UNESCO: BSP/PMR, 25 Junho 2002. Disponível em http://portal.unesco.org/unesco/file_download.php/MDG-UNESCO_contribution.doc?URL_ID=6883&filename=10352978441MDGUNESCOcontribution.doc&filetype=application%2Fmsword&filesize=49152&name=MDG-UNESCO-contribution.doc&location=user-S/. Acesso em 23 mai. 2007.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Revista Horizontes Antropológicos**. Ano 12 (25), p. 85-103, jan/jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a05v1225.pdf>. Acesso em 12. de out.2008.

LOUREIRO, Carlos F. B. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pommier; CASTRO, Ronaldo Souza de (org.). **Sociedade e Meio Ambiente**: A educação ambiental em debate, 3ª. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, 11ª. ed, São Paulo: Malheiros, 2003.

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. Ciência na Periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do INPA. **Revista História, Ciência e Saúde** - Manguinhos, vol. 5 (suplemento) p.975-1017. Set. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a10.pdf>. Acesso em 21 abr. 2010.

MARTIN, Lisa L.. Theories and Empirical Studies of International Institutions, 1998. In: MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A. (ed.) **International Institutions**: An International Organization Reader. Massachusetts: Cambridge, 2001

_____.; SIMMONS, Beth A. (ed.) **International Institutions**: An International Organization Reader. Massachusetts: Cambridge, 2001.

MEADOWS, Donella H.; RANDERS, Jorgen; MEADOWS, Dennis. **Limites do Crescimento**: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Quallitymark, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília : UNESCO, PNUMA,

Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001595/159541por.pdf>. Acesso em 07 nov. 2010.

_____.; DIRETORIA DE ED. AMBIENTAL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; COORDENAÇÃO GERAL DE ED. AMBIENTAL. **Programa Nacional de Educação Ambiental**, 3ª. ed. Brasília: MMA, 2005. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/pronea_3.pdf. Acesso em 19 ago. 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL; DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997-2007**. Brasília: MMA, 2008.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as Negociações Multilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol. 43 n.1, 2000. p.119-137. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 set. 2009.

_____. O Brasil e a América Latina: opções políticas e integração regional. **Cadernos Prolam/USP** ano 8, vol. 1, p. 89-110, 2009. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2009_1_6.pdf. Acesso em 16 dez. 2009.

MORAN, Emílio. **Nós e a Natureza**: uma introdução às relações homem-ambiente. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

MOREIRA, Helena Margarido. **A ATUAÇÃO DO BRASIL NO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA DE 1995 A 2004**. Dissertação de Mestrado, on-line, 2009. Disponível em <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/helena.pdf>. Acesso 12 nov. 2009

MORIN, Edgar. **Educar na Era Planetária**: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates, 3ª. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

O'NEAL, Kate. **The Environmente and International Relations**. New York: Cabridge Univ. Press, 2009.

ONU, Nicholas. Institutions, Intentions and International Relations. **Review of International Studies**, 28 (2), 2002, p. 211-228. Disponível em: [http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/1/1d/ONU_Institutions_intentions_and_international_relations_\(CAPES\).pdf](http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/1/1d/ONU_Institutions_intentions_and_international_relations_(CAPES).pdf). Acesso em 12 mar. 2009.

ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental**. Série Documentos Técnicos – 5. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/placea/arqs/doctec5_placea.pdf. Acesso em 07 mar. 2009

_____. **Portfólio Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental** Série Documentos Técnicos, nº 7, 2006. Disponível em:

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

PARK, Jacob; CONCA, Ken; FINGER, Matthias. **The Crisis of Global Environmental Governance**. Towards a new political economy of sustainability. New York: Routledge, 2008.

PERU. **Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental**. Lima, outubro de 2005. [on-line], 2005a Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/panacea_pt.pdf. Acesso em 12. fev. 2011.

_____. **Acordos da I Reunião do Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental**. [on-line], 2005b. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/acpanacea_posperu.pdf. Acesso em 12 jan. 2011.

_____. **Acordos da II Reunião do Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental**. [on-line], 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/acpanacea_pt.pdf. Acesso em 12 jan. 2011.

_____. **Compendio De La Legislación Ambiental Peruana, V. I - MARCO NORMATIVO GENERAL**, 2009. Disponível em: http://www.minam.gob.pe/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=469&Itemid=7. Acesso em 12 jan. 2011.

PNUMA. **Iniciativa Latinoamericana y Caribeña para el Desarrollo Sostenible** Primera Reunión Extraordinaria del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe, Johannesburgo, Sudáfrica. 31 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.pnuma.org/forodeministros/14-panama/smfILACe-ILAC-Esp.pdf>. Acesso em 12 jan. 2011.

_____. **Informe Final de la XVI Reunión del Foro de Ministros de Medio Ambiente de América Latina y el Caribe**. Santo Domingo, República Dominicana 27 de enero al 1 de febrero de 2008. Disponível em: http://www.pnuma.org/forodeministros/16-repdominicana/rde09tre_InformeFinalXVIReuniondelForo_08feb2008.pdf. Acesso em 12 jan. 2011.

_____.; OFICINA REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - ORPALC. **PNUMA en las regiones de ALC**. On-line, 2006. Disponível em:

<http://www.pnuma.org/rolac/documentos/brochure/Regional2006com.pdf>. Acesso em 01 de mar. 2009.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Interdisciplinaridade e Ciência Pós-Normal frente à Questão Ambiental**. Artigo. II Encontro Nacional da ECOECO - São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/mesa2/2.pdf. Acesso em 12 out. 2010.

PROCÓPIO, Argemino. **Subdesenvolvimento Sustentável**. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e Política no Mundo Contemporâneo: Passagens e Paisagens**. Brasília: Ed. UnB, 2000.

RIBEIRO, Wagner Costa. Desenvolvimento Sustentável e Segurança Ambiental Global. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. no.312, Universidade de Barcelona set. 2001. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>. Acesso em 17 abr. 2007.

_____. **A Ordem Ambiental Internacional**, 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008b.

_____. [org.]. **Governança da Água no Brasil**. Uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.

_____. Impasses da governança da água no Brasil. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org.) **Governança da Água no Brasil**. Uma visão interdisciplinar. São Paulo: Annablume; Fapesp; CNPq, 2009.

RITTBERGER, Volker; ZANGL, Bernhard. **International Organization**. Polity, Politics and Policies. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na política mundial. IN: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org) **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____. Governance in a New Global Order. In: HELD, David; MCGREW, Anthony (ed.). **The Global Transformations Reader**. An Introduction to the Globalization Debate. 2a. ed., Cambridge: Polity Press, 2003.

_____.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org) **Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUGGIE, John Gerard. International Responses to Technology: concepts and trends. In: **International Organization**. Vol. 29 no. 3, 1975. p. 557-583. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706342>. Acesso em 20 mai. 2009.

_____. **International Regimes Transactions and Change: Embedded Liberalism in the Post War Economic Order.** In: International Organization v36n2. International Regimes, 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706527>. Acesso em 22 jun.2009.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALGADO, Carol; TRÉLLEZ, Eloísa. **Políticas, estrategias y planes regionales subregionales y nacionales en educación para el desarrollo sostenible y la educación ambiental en América Latina y el Caribe.** Decenio de las Naciones Unidas de la Educación para el Desarrollo Sostenible 2005-2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001819/181906S.pdf>. Acesso em 12 out. 2010.

SAUVÉ, Lucié. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa.** Revista de Educação Pública, Vol. 6 (10), p. 72-103, Mato Grosso: UFMT, 1997.

SAYAGO, Doris Aleida Villamizar. Entre a norma e a prática: A questão ambiental na Venezuela. 2001: In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en/plenaria/2.pdf. Acesso em 12 dez. 2010.

SINGH, J. P. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).** Creating norms for a complex. New York: Routledge, 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Um Discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2003

SORRENTINO, Marcos. Desenvolvimento Sustentável e Participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardes; LAYRARGUES, Philippe Pommier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania, 2ª. Ed.,** São Paulo: Cortez, 2002.

SPETH, James Gustave; HAAS, Peter M. **Global Environmental Governance.** Washington: Island Press, 2006.

THE NOBEL PEACE PRIZE 2007. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2007/. Acesso em 08 out. 2010.

TILIO NETO, Petrônio. **Ecopolítica das Mudanças Climáticas: o IPCC e o Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Ed. Plêiade, 2009.

UMA Verdade Inconveniente. Direção e Roteiro: Davis Guggenheim. EUA: Paramount, 2006. 1 DVD, 100 min. Ntsc, son., color. Legendado.

UNESCO. **COURIER.** Publication of the UNESCO. Vol. 1 no. 5. Jun. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000737/073774eo.pdf>. Acesso em 12 mai. 2010.

_____. ¿Que és la Unesco?, 7ª edição, Unesco, Paris, 1969.

_____. **The Biosphere Conference.** 25 years later. Paris: UNESCO, 1993. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001471/147152eo.pdf>. Acesso em 12 out. 2010.

_____. **UNESCO 1945-1995: A Fact Sheet** (edited by UNESCO Archives in August 1995). UNESCO, Paris, 1995. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001011/101118eo.pdf>. Acesso em 12 jun. 2009.

_____. **Educación para un Futuro Sostenible:** uma visão transdisciplinaria para uma acción concertada. UNESCO: Novembro, 1997. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/educfutsustent.pdf>. Acesso em 06 ago. 2007.

_____. **Education for Sustainability. From Rio to Johannesburg:** Lessons learnt from a decade of commitment. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/educsustainability.pdf>. Acesso em 07 set. 2007.

_____. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014:** documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>. Acesso em 12 out. 2010.

_____. Report by the Director-General on the United Nations Decade of Education for Sustainable Development: International Implementation scheme and UNESCO'S contribution to the implementation of the Decade. **Draft International implementation scheme for the United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014).** Hundred and seventy-second session, Executive Board, Paris: UNESCO, 2005b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001486/148654e.pdf>. Acesso em 12 out. 2010.

_____. **The UN Decade of Education for Sustainable Development (DESD 2005-2014) The First Two Years.** UNESCO: Paris, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001540/154093e.pdf>. Acesso em 12 set. 2010.

_____. **Medium-Term Strategy (2008-2013)**. UNESCO: Paris, 2008. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001499/149999s.pdf>. Acesso em 12 dez. 2010.

_____. Proceedings. **UNESCO World Conference on Education for Sustainable Development**. UNESCO: Paris, 2009. Disponível em: <http://www.esd-world-conference-2009.org/fileadmin/download/ESD2009ProceedingsEnglishFINAL.pdf>. Acesso em 10 nov. 2010.

_____. **Basic Texts, 2010 edition**. UNESCO, Paris, 2010a. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001874/187429e.pdf>. Acesso em 20 out. 2010.

_____. UNESCO. **What is it? What does it do?**. [on-line], 2010b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001887/188700e.pdf>. Acesso em 25 out. 2010.

_____. **WORLD NETWORK OF BIOSPHERE RESERVES – JUNE 2010**. UNESCO: Paris, 2010c. Disponível em: <http://www.unesco.org/mab/doc/brs/BRList2010.pdf>. Acesso em 15 fev. 2011.

_____. **Approved Programme and Budget 2010–2011**. UNESCO: Paris, 2010d. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001870/187028e.pdf>. Acesso em 27 dez. 2010.

UNESCO/ OREALC. **Unesco Report 2009** Orealc Review. Unesco, Paris, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001882/188290E.pdf>. Acesso em 02 fev. 2011.

_____. Education, Youth and Development. UNESCO in Latin America and the Caribbean. **Document prepared for the World Youth Conference**. Leon, Guanajuato, Mexico, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001891/189108e.pdf>. Acesso em 20 dez. 2010.

UNU-IAS. **Five Years of Regional Centres of Expertises on ESD**. UNU-IAS: Yokohama, 2010. Disponível em: http://www.ias.unu.edu/resource_centre/5%20years%20of%20RCEs.pdf. Acesso em 12 jan. 2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Asamblea Nacional Constituyente. Caracas, 1999.

_____. **Ley Organica del Ambiente**, de 15 de junio de 1976. Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/docMgr/sharedfiles/LeyOrganicaAmbiente.pdf>. Acesso em 10 jan. 2011.

_____. **Ley Organica del Ambiente**, de 22 de diciembre de 2006. Gaceta Oficial. no. 5833 Extraordinário. Disponível em: <http://www.minamb.gob.ve/files/Ley%20Organica%20del%20Ambiente/Ley-Organica-del-Ambiente-2007.pdf>. Acesso em 20 jan. 2011.

VIOLA, Eduardo J. **Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986)**: do Ambientalismo à Ecopolítica. Anpocs [on-line]. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm. Acesso em 19 set. 2008.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism, and Beyond**, 3a. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

VOGLER, John. International Relations theory and the environment. In: KÜTTING, Gabriela (ed.). **Global Environmental Politics**. Concepts, Theories and Case Studies. New York: Routledge, 2011.

WALS, Arjen. **Learning for a Sustainable World**. Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development 2009. UNESCO: Paris, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001849/184944e.pdf>. Acesso em 16 dez. 2010.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. In: **International Organization**. Vol.46 no.2, 1992. Disponível em <http://web.pdx.edu/~kinsella/ps442/wendt.pdf>. Acesso em 12 jul. 2009.

_____. Driving with the Rearview Mirror: On the rational science of Institutional Design, IO 55 (4), 2001. In: SIMMONS, Beth A.; STEINBERG, Richard H. **International Law and International Relations**. Massachusetts: Cambridge Univ. Press, 2006.

WYNN, Gerard. Análise: Acordo climático traz à tona falhas da ONU. **Folha de S. Paulo/ Reuters**, São Paulo, 20 dez. 2009. [on-line] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u669205.shtml>. Acesso em 05 set. 2010.

YOUNG, Oran R. **International Governance**. Protecting the Environment in a Stateless Society. Ithaca e Londres: Cornell University Press, 1999.

YVO de Boer teme fracasso de conferência sobre mudança climática. **Folha de S. Paulo/ Efe**, São Paulo, 13 dez. 2007. [on-line]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u354643.shtml>. Acesso em 20. mar. 2010.